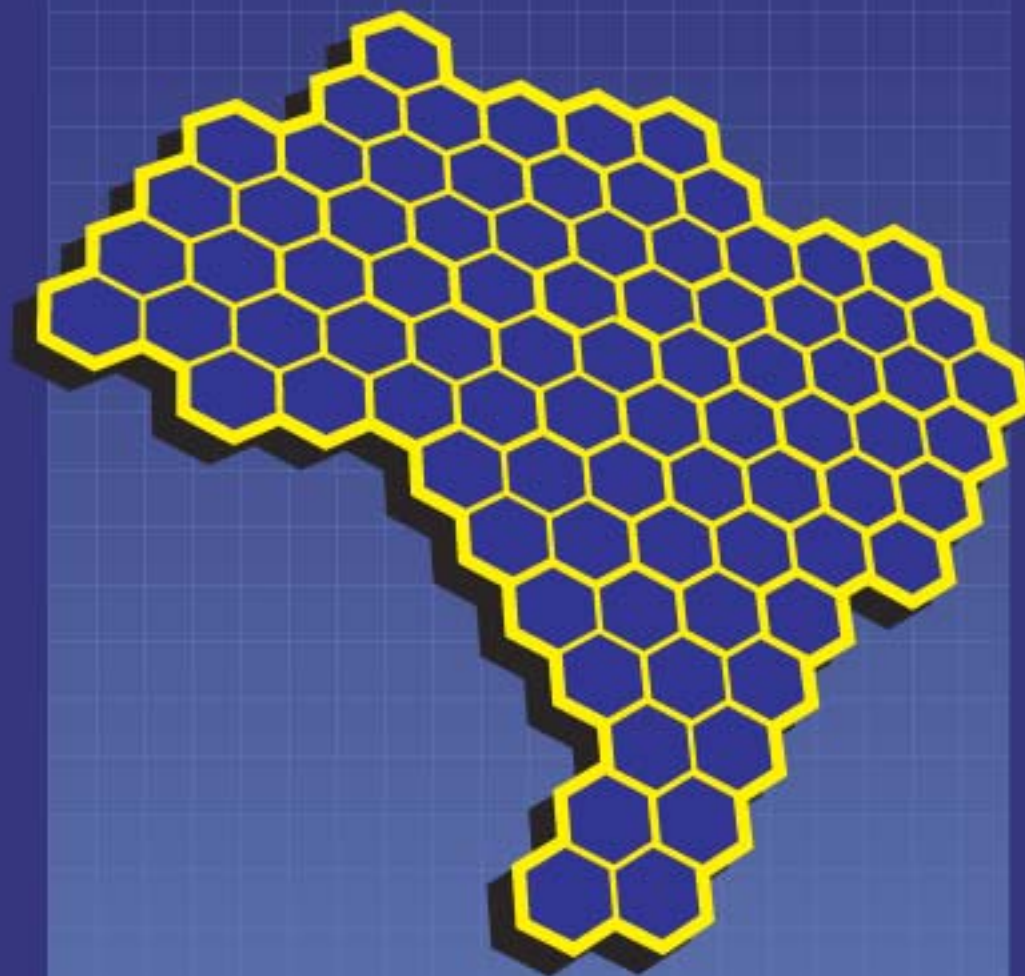




**Programa Nacional de Capacitação de
Conselheiros Municipais de Educação**



**Perfil dos
Conselhos Municipais
de Educação**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Básica

Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino
Coordenação Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional
dos Sistemas de Ensino

Programa Nacional de Capacitação de
Conselheiros Municipais de Educação

Perfil dos Conselhos Municipais de Educação

Brasília - DF
Dezembro de 2004

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação

Tarso Genro

Secretário de Educação Básica

Francisco das Chagas Fernandes



Perfil dos Conselhos Municipais de Educação



Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino
Horácio Francisco dos Reis Filho

Coordenação-Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino
Arlindo Cavalcanti de Queiroz

Coordenação Técnica
Lêda Maria Gomes

Apoio Técnico
Fabiano Carvalho de Souza

Apoio
Daniela Alves Neves
Gislene Mendes Maciel
Josemam Luiz da Silva
Lorena Lins Damasceno
Luana Rocha Gomes
Lucimar Furtado Rodrigues

Elaboração
Rita de Cássia Coelho
Mauricio Rodrigues de Araujo

Colaboração
Arlindo Cavalcanti de Queiroz

Capa e Editoração
Fernando Horta

Revisão
Ludimila Viana Barbosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Centro de Informação e Biblioteca em Educação (CIBEC)

B823p Brasil. Secretaria de Educação Básica
Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação: perfil dos conselhos municipais de educação / Elaboração Rita de Cássia Coelho e Mauricio Rodrigues de Araujo. – Brasília: MEC, SEB, 2004.
64 p.
1. Conselho Municipal de Educação. 2. Secretaria Municipal de Educação. 3. Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação. I Título

CDU 37:352.07



Sumário

INTRODUÇÃO	7
O SICME	9
Coleta dos dados	10
Análise dos dados coletados	10
Existência de Conselho, Sistema e Plano	10
Interesse dos municípios na criação dos Conselhos Municipais de Educação	15
Situação de funcionamento dos Conselhos	18
Funções delegadas aos Conselhos.....	24
Periodicidade das reuniões dos Conselhos	27
Composição de acordo com o número de conselheiros	28
Duração do mandato dos conselheiros	31
Representatividade nos Conselhos conforme a composição	32
Indicação dos presidentes	41
Escolha de representantes	44
Apoio financeiro dos conselheiros	46
Locais de reunião e mobiliário	47
Atribuições do Conselho	49
Considerações finais	50
ANEXO 1	51
Formulário de Cadastramento do SICME – Versão para envio por correio	51
ANEXO 2	57
Manual do SICME	57



Introdução

O Ministério de Estado da Educação, considerando seu papel de estabelecer diretrizes nacionais, prestar assistência técnica e financeira para o desenvolvimento dos sistemas de ensino e atuar em colaboração com Estados e Municípios, assumiu o desafio de investir, no âmbito da Política Nacional de Educação Básica, no fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação (CME).

Entendidos como órgãos de Estado, os CME são nacionalmente parte estrutural e estruturante da organização e do funcionamento do sistema educacional e devem ser fortalecidos nas suas competências e inseridos no sistema de informações educacionais do MEC.

Para abarcar dimensões tão complexas, o MEC formulou, com base em experiência que vinha sendo implementada pela União Nacional dos Conselhos Municipais (UNCME), o Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho).

O Programa está estruturado em três eixos, a organização de um Sistema Nacional de Informações sobre Conselhos Municipais de Educação (SICME), o desenvolvimento de ações de capacitação de conselheiros municipais de educação e a assinatura da Revista Documenta do Conselho Nacional de Educação para todos os conselhos municipais de educação em funcionamento.

São objetivos do Pró-Conselho:

- Preparar e implantar um banco de dados nacional sobre os Conselhos Municipais de Educação.
- Fortalecer a identidade dos CME como órgãos do Poder Público e parte da estrutura do sistema educacional.
- Ampliar o conhecimento e o debate da legislação educacional, subsidiando o trabalho dos Conselhos.
- Engajar a atuação dos Conselhos na perspectiva da garantia do direito à educação como política de promoção da inclusão social.
- Promover o intercâmbio e a colaboração entre os CME.
- Propiciar o fortalecimento dos CME.
- Incentivar a participação da sociedade civil na gestão educacional.
- Fomentar a criação de Conselhos Municipais de Educação.

A coordenação e a execução do Programa são de responsabilidade da Secretaria

de Educação Básica, por intermédio da Coordenação-Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino (Cafise) do Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino.

O Programa é desenvolvido em parceria com o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais, a UNCME e a Undime e conta com a participação e o apoio de vários órgãos e organismos internacionais, nacionais, estaduais e municipais. A proposta é implementar ações, acionando e fortalecendo uma rede de proteção ao direito à educação.

As ações estão planejadas em dois conjuntos distintos, autônomos e articulados.

Na linha da capacitação, foram realizados encontros estaduais, sendo dois em 2003 e treze em 2004, abrangendo as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Na linha da criação e implementação do SICME foram previstos:

1) Desenvolvimento do Banco de Dados, envolvendo definição de formulário, coleta e processamento de dados e a análise de consistência dos dados.

2) Estabelecimento dos procedimentos de integração e divulgação dos dados no âmbito do sistema de informações educacionais do MEC.

Além da análise dos dados, esta publicação divulga, no Anexo 1, o formulário de levantamento de informações dos Conselhos Municipais de Educação. Esse formulário foi enviado a todos os municípios do Brasil para ser preenchido por aqueles que não tinham acesso à internet. O Anexo 2 traz o manual do SICME, que foi disponibilizado em sua página na internet, quando do cadastramento dos Conselhos.



O SICME

O SICME é um sistema que fornecerá subsídios para caracterizar o perfil dos CME do país, bem como para estudos e pesquisas no campo da gestão democrática e da formulação da política de educação básica. É também um instrumento que permitirá o aperfeiçoamento do processo de capacitação de conselheiros, a partir de informações atualizadas sobre a organização e o funcionamento dos Conselhos. O sistema possibilitará, ainda, o monitoramento do Pró-Conselho quanto ao seu impacto na criação e no fortalecimento dos CME.

O formulário de coleta de dados foi organizado em dois módulos. No primeiro foram levantados os dados e as informações quanto à existência do CME, do Plano Municipal de Educação e da organização do Sistema Municipal de Educação.

O segundo módulo foi respondido exclusivamente pelos municípios que criaram o Conselho Municipal de Educação, permitindo assim levantar suas características e condições de funcionamento.

O formulário foi disponibilizado no site do MEC (<http://www.mec.gov.br>), na internet, para que os dirigentes e os conselheiros municipais de educação pudessem alimentar *on-line* o sistema.

Observadas as condições de funcionamento da educação municipal, as quais não asseguram o acesso aos meios informatizados, os formulários foram enviados, também, pelos correios para todos os municípios brasileiros, no período de outubro a novembro de 2003.

Nesse primeiro ano de organização do sistema, sua execução teve caráter experimental e prevê ajustes:

- a) nos formulários – tamanho e quesitos técnicos;
- b) na coleta de dados;
- c) no processamento dos dados;
- d) nos fluxos do processo, para garantir a integridade e a consistência dos dados e o caráter nacional do sistema.

Para avaliar esses aspectos e analisar os dados, optou-se por considerar as informações inseridas no SICME até 30 de abril de 2004.

As respostas encaminhadas pelo correio foram digitadas no MEC, pela equipe da Coordenação responsável pelo Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação.

O processamento dos dados foi realizado em sistema desenvolvido pela Coordenação-Geral de Informática (CEINF) do Ministério da Educação.



Coleta dos dados

A coleta dos dados foi realizada mediante pesquisa por adesão. Os formulários foram enviados aos municípios e estavam, também, disponíveis na internet, mas eram respondidos e encaminhados apenas pelos municípios que aderiram ao objetivo da pesquisa.

No material encaminhado pelo correio, grande parte dos municípios não respondeu a inúmeras questões, o que causou disparidades entre o número de cadastrados e o número de informações referentes a algumas questões.

Considerando a característica de pesquisa por adesão, na qual não é possível assegurar a resposta a todas as questões, e também o baixo índice de prefeituras ligadas à internet, para o acesso ao formulário *on-line*, os problemas no preenchimento são previsíveis nesse tipo de pesquisa.

Observados esses aspectos, os dados deste documento devem ser analisados somente em relação aos municípios que se cadastraram no sistema.



Análise dos dados coletados

Existência de Conselho, Sistema e Plano Municipal de Educação

Na Tabela 1 é demonstrado o quadro geral de municípios cadastrados no sistema. Dos 5.560 municípios brasileiros, 2.425 cadastraram-se no SICME, caracterizando um percentual de 44%. Dos municípios cadastrados, 1.751 (72%) apresentam lei que cria o Conselho Municipal de Educação, 937 (39%) têm lei que cria o Sistema Municipal e apenas 392 (16%) dos municípios aprovaram o Plano Municipal em lei.

Tabela 1 - Situação dos municípios quanto a existência de Sistema, Plano e CME criados legalmente

Estados	Sigla	Total de municípios no Estado (*)	Municípios cadastrados		Há lei que cria Conselho ME		Há lei que cria Sistema ME		Há lei que cria Plano ME	
			Nº(**)	%(***)	Nº(**)	%(***)	Nº(**)	%(***)	Nº(**)	%(***)
Acre	AC	22	15	68%	1	7%	(****)	--	(****)	--
Alagoas	AL	102	37	36%	15	41%	10	27%	2	5%
Amapá	AP	16	6	38%	3	50%	4	67%	1	17%
Amazonas	AM	62	17	27%	12	71%	10	59%	5	29%
Bahia	BA	417	157	38%	131	84%	91	58%	21	13%
Ceará	CE	184	58	32%	30	52%	17	29%	10	17%
Espírito Santo	ES	78	47	60%	40	85%	7	15%	7	15%
Goiás	GO	246	101	41%	97	97%	45	45%	27	27%
Maranhão	MA	217	55	25%	23	43%	16	30%	18	33%
Mato Grosso	MT	139	48	35%	24	50%	12	25%	3	6%
Mato Grosso do Sul	MS	77	47	61%	17	36%	17	36%	1	2%
Minas Gerais	MG	853	301	35%	219	73%	89	30%	42	14%
Pará	PA	143	37	26%	16	43%	8	22%	6	16%
Paraíba	PB	223	75	34%	42	56%	20	27%	8	11%
Paraná	PR	399	176	44%	47	27%	23	13%	11	6%
Pernambuco	PE	185	116	63%	78	67%	12	10%	4	3%
Piauí	PI	222	65	29%	15	23%	16	25%	12	18%
Rio de Janeiro	RJ	92	59	64%	56	95%	51	86%	4	7%
Rio Grande do Norte	RN	167	66	40%	57	86%	29	44%	36	55%
Rio Grande do Sul	RS	497	291	59%	269	92%	106	36%	29	10%
Rondônia	RO	52	23	44%	4	17%	10	43%	6	26%
Roraima	RR	15	5	33%	2	40%	2	40%	(****)	--
Santa Catarina	SC	293	181	62%	177	99%	131	73%	28	16%
São Paulo	SP	645	334	52%	319	96%	170	51%	93	28%
Sergipe	SE	75	32	43%	15	47%	12	38%	4	13%
Tocantins	TO	139	76	55%	42	55%	29	38%	14	18%
Região Centro-Oeste	CO	462	196	42%	138	71%	74	38%	31	16%
Região Nordeste	NE	1792	661	37%	406	62%	223	34%	115	17%
Região Norte	N	449	179	40%	80	45%	63	35%	32	18%
Região Sudeste	SE	1668	741	44%	634	86%	317	43%	146	20%
Região Sul	S	1189	648	54%	493	76%	260	40%	68	11%
Resultado no Brasil		5560	2425	44%	1751	72%	937	39%	392	16%

(*) – Fonte: IBGE-2001.

(**) – Fonte: SICME.

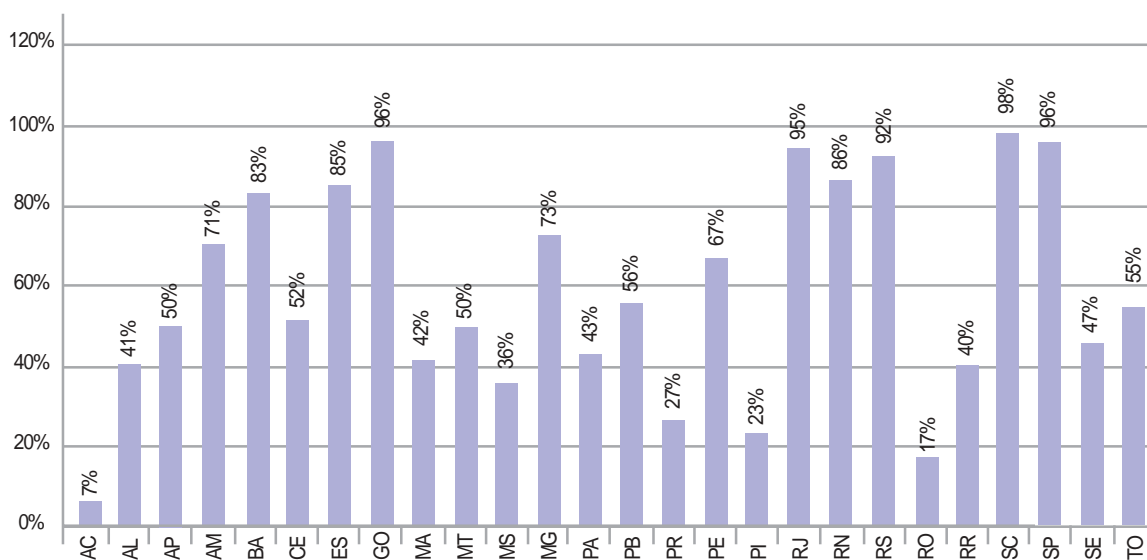
(***) – Percentual sobre o total de municípios do estado.

(****) – Percentual sobre o total de municípios cadastrados no SICME.

(****) – Dados não informados.

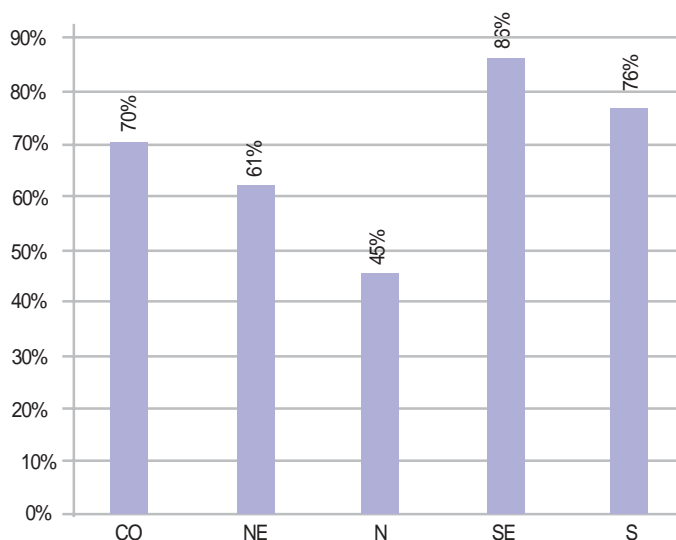
Em alguns estados, como GO, RJ, RS, SC e SP, observa-se uma relação de correspondência entre o número de municípios que possuem lei que cria o CME e o número de municípios que se cadastraram no SICME. Nesses estados, mais de 90% dos municípios cadastrados criaram o CME. Os maiores percentuais de adesão ao SICME (acima de 50% dos municípios do estado) aparecem nos estados de AC, ES, MS, PE, RJ, RS, SC, SP e TO; a menor adesão (entre 25% e 30% dos municípios do estado) está nos estados de AM, MA, PA e PI. O menor número de municípios cadastrados ocorreu no estado do Maranhão, apenas 25%.

Gráfico 1 – Percentuais dos municípios, por estado, onde existe lei que cria o Conselho



Fonte SICME.

Gráfico 2 – Percentuais dos municípios, por região, onde existe lei que cria o Conselho



Fonte SICME.

É significativo o número de municípios que informaram que possuem lei que cria o CME e não possuem lei do SME.

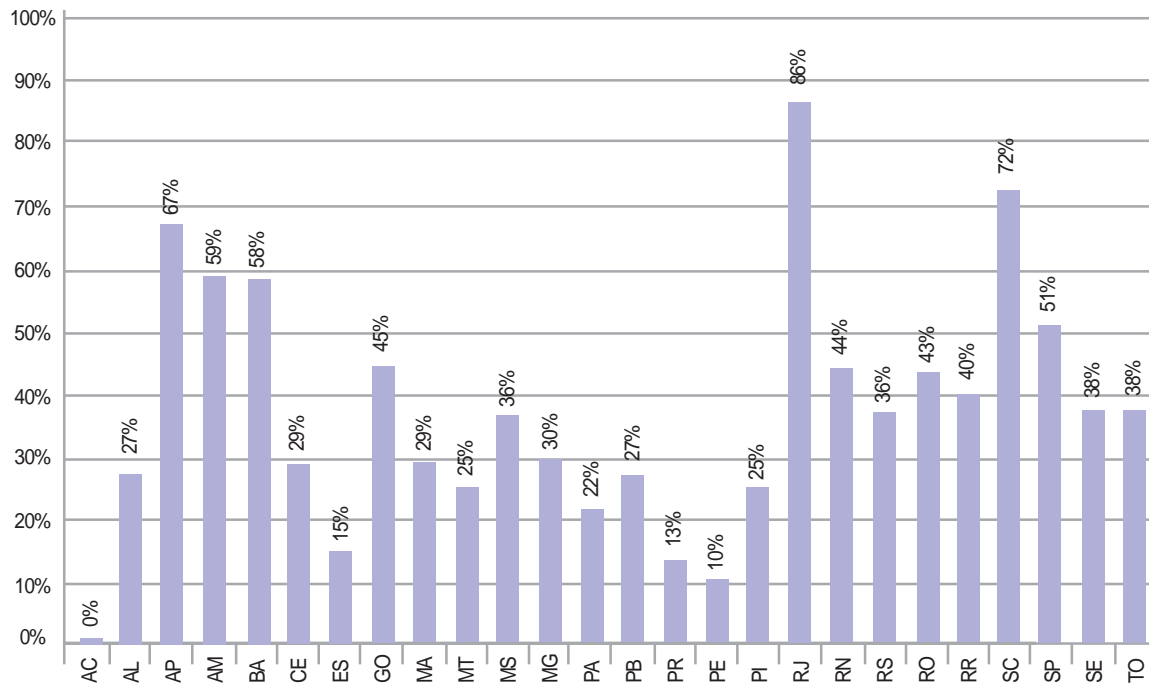
Esse dado expressa a possibilidade da existência do CME independentemente da opção do município por organizar seu sistema próprio. Muitas vezes a atuação do CME é condição importante para o município assumir-se como sistema. É possível também levantar a hipótese de que a mesma lei que criou o CME inclua em seus dispositivos a criação do Sistema Municipal de Ensino e ainda o fato de que tais municípios interpre-

tem que os Sistemas já estão criados pela CF, bastando a lei de criação do CME para instituir e colocar em funcionamento seus Sistemas Municipais de Ensino.

Vale lembrar que na realidade brasileira a existência de CME precedeu a organização dos Sistemas Municipais de Ensino.

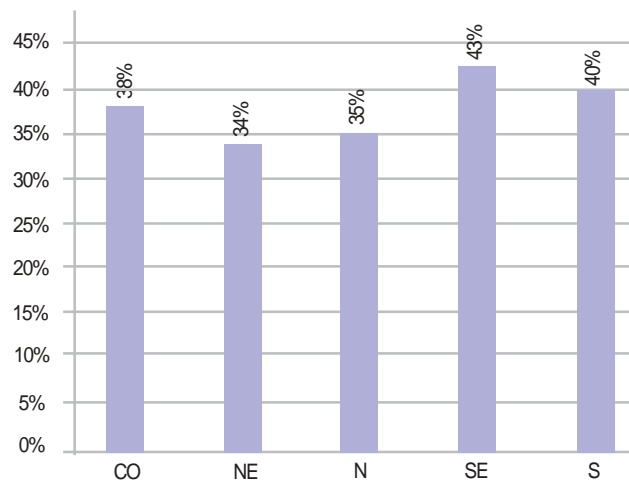
A situação é diferente nos municípios que têm lei específica criando o Sistema, a quase-totalidade destes possuem a lei que cria o CME. Os estados em que o número de leis criando o CME é igual ou muito próximo do número de leis criando o SME são: AP, MS, RJ, RR e SE.

Gráfico 3 – Percentuais dos municípios, por estado, onde existe lei que cria o Sistema



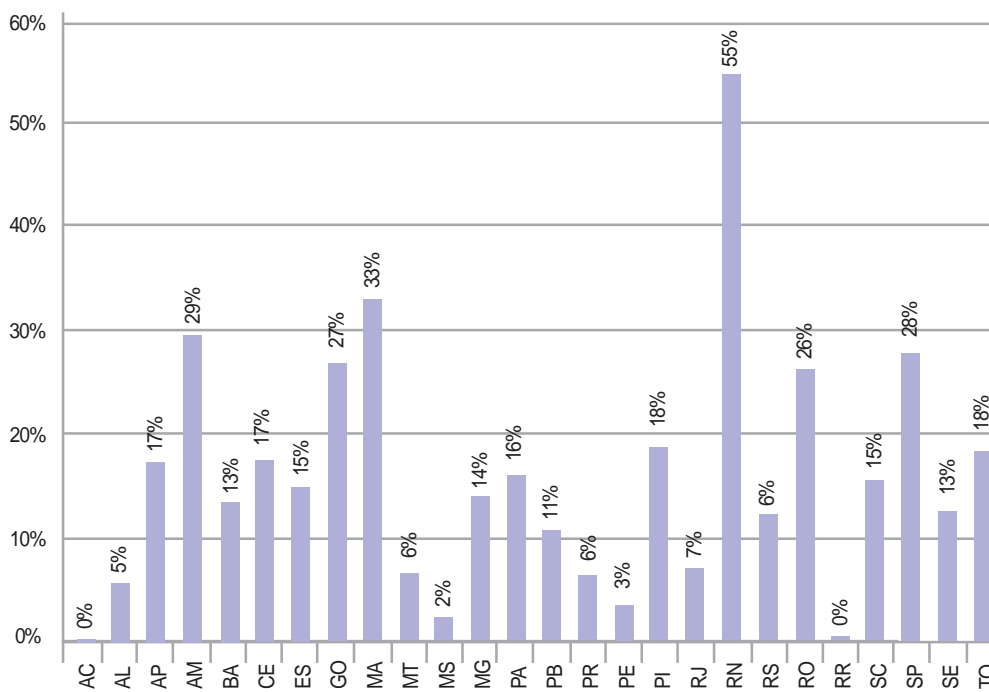
Fonte SICME.

Gráfico 4 – Percentuais dos municípios, por região, onde existe lei que cria o Sistema



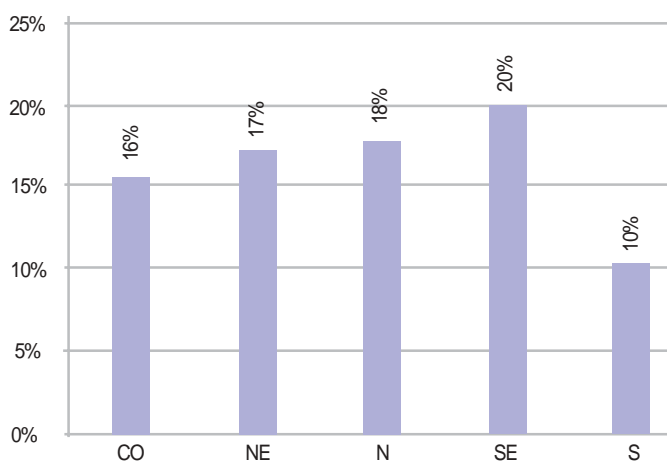
Fonte SICME.

Gráfico 5 – Percentuais dos municípios, por estado, onde existe lei que cria o Plano



Fonte SICME.

Gráfico 6 – Percentuais dos municípios, por região, onde existe lei que cria o Plano



Fonte SICME.

Os estados nos quais o número de municípios que possuem lei criando o CME é maior do que o número de municípios que possuem lei criando o Sistema Municipal de Ensino são: ES (40 leis criando o CME e apenas 7 leis criando o SME); GO (97 leis criando o CME e apenas 45 leis criando o SME); MT (24 leis criando o CME e apenas 12 leis criando o SME); MG (219 leis criando o CME e apenas 89 leis criando o SME); PA (16 leis criando o CME e apenas 8 leis criando o SME); PB (42 leis criando o CME e 20 criando o SME); PE (78 municípios com leis criando o CME e apenas 12 municípios com leis criando SME); SP (319 leis criando o CME e apenas 170 leis criando o SME).

Em alguns estados constata-se situação inversa, isto é, o número de municípios que possuem lei criando o CME é menor que o número de municípios que têm lei organizando o Sistema de Ensino, a exemplo de AP, PI, RO. Vale lembrar que, embora os CME insiram-se na estrutura dos sistemas de ensino e no processo de institucionalização da educação brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é explícita quanto à necessidade de um órgão normativo do Sistema.

A lei não determina a exigência de que esse órgão seja o Conselho.

Dessa forma é possível considerar que em alguns municípios que organizaram o SME, a função normativa esteja sendo assumida por outra estrutura ou forma de organização que não a colegiada.



Interesse dos municípios na criação dos Conselhos Municipais

Pode-se observar, na Tabela 2, que em todos os estados há interesse de criar Conselho e receber apoio para esse trabalho. Alguns municípios demandam assistência técnica para criar seus CME. Os estados das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste concentram o maior número de municípios que querem criar o CME e solicitam apoio técnico para concretizar tal intenção.

As maiores proporções de interesse e necessidade de apoio são encontradas entre os estados que apresentam menor número de Conselhos em funcionamento. Em números absolutos, o Paraná é o estado que possui o maior número de municípios (130) que querem receber orientações para criar CME. Proporcionalmente ao número de municípios do estado, o Acre apresenta-se com 100% dos municípios cadastrados interessados em organizar o CME.

Não basta criar por ato legal o CME, é fundamental que ele esteja em pleno funcionamento para que o sistema de ensino se efetive. Alguns estados encontraram o caminho para a sustentabilidade do funcionamento do CME, a exemplo de SC (93% dos cadastrados estão em funcionamento) e nos estados de RJ, RS e SP (todos com 80% dos municípios cadastrados com seus CME em funcionamento).

Tabela 2 - Estados segundo interesse dos municípios em criar CME

Estados	Sigla	Total de municípios no Estado (*)	Municípios cadastrados		Municípios onde há interesse em criar o CME		Municípios onde a CME deseja receber apoio	
			Nº (**)	%(***)	Nº (**)	%(****)	Nº (**)	%(****)
Acre	AC	22	15	68%	15	100%	15	100%
Alagoas	AL	102	37	36%	23	62%	23	62%
Amapá	AP	16	6	38%	3	50%	3	50%
Amazonas	AM	62	17	27%	9	53%	8	47%
Bahia	BA	417	157	38%	33	21%	33	21%
Ceará	CE	184	58	32%	29	50%	29	50%
Espírito Santo	ES	78	47	60%	9	19%	9	19%
Goias	GO	246	101	41%	18	18%	18	18%
Maranhão	MA	217	55	25%	35	64%	35	64%
Mato Grosso	MT	139	48	35%	24	50%	23	48%
Mato Grosso do Sul	MS	77	47	61%	29	62%	29	62%
Minas Gerais	MG	853	301	35%	99	33%	99	33%
Pará	PA	143	37	26%	27	73%	27	73%
Paraíba	PB	223	75	34%	34	45%	34	45%
Paraná	PR	399	176	44%	130	74%	125	71%
Pernambuco	PE	185	116	63%	46	40%	46	40%
Piauí	PI	222	65	29%	50	77%	50	77%
Rio de Janeiro	RJ	92	59	64%	(****)	--	(****)	--
Rio Grande do Norte	RN	167	66	40%	15	23%	15	23%
Rio Grande do Sul	RS	497	291	59%	31	11%	30	10%
Rondônia	RO	52	23	44%	17	74%	17	74%
Roraima	RR	15	5	33%	4	80%	4	80%
Santa Catarina	SC	293	181	62%	5	3%	5	3%
São Paulo	SP	645	334	52%	17	5%	17	5%
Sergipe	SE	75	32	43%	12	38%	11	34%
Tocantins	TO	139	76	55%	41	54%	41	54%
Região Centro-Oeste	CO	462	196	42%	71	36%	70	36%
Região Nordeste	NE	1792	661	37%	277	42%	276	42%
Região Norte	N	449	179	40%	116	65%	115	64%
Região Sudeste	SE	1668	741	44%	125	17%	125	17%
Região Sul	S	1189	648	54%	166	26%	160	25%
Resultado geral		5560	2425	44%	755	31%	746	31%

(*) - Fonte: IBGE-2001.

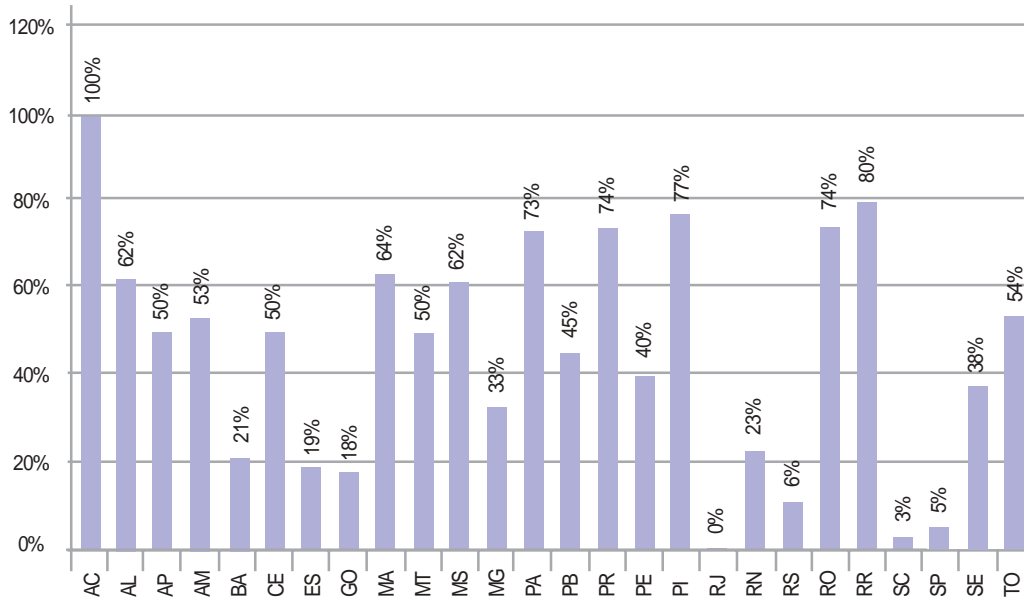
(**) - Fonte - SICME.

(***) - Percentual sobre o total do estado.

(****) - Percentual sobre os municípios cadastrados no SICME.

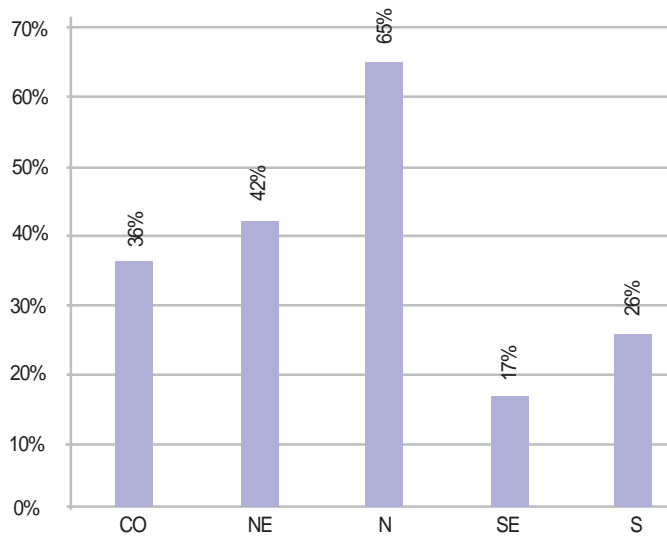
(*****) - Dados não informados.

Gráfico 7 - Percentuais dos municípios cadastrados, por estado, que tem interesse em criar o CME



Fonte SICME.

Gráfico 8 - Percentuais dos municípios cadastrados, por região, que tem interesse em criar o CME



Fonte SICME.



Situação de funcionamento dos Conselhos

No Brasil, com base nas informações disponíveis no SICME, conforme mostra a Tabela 3, há 1.369 Conselhos Municipais de Educação em funcionamento, 56% dos cadastrados. Em alguns casos, os Conselhos, mesmo criados por lei, sequer chegaram a ser instalados efetivamente.

Relatório 3 - Situação de funcionamento dos CME, nos Estados

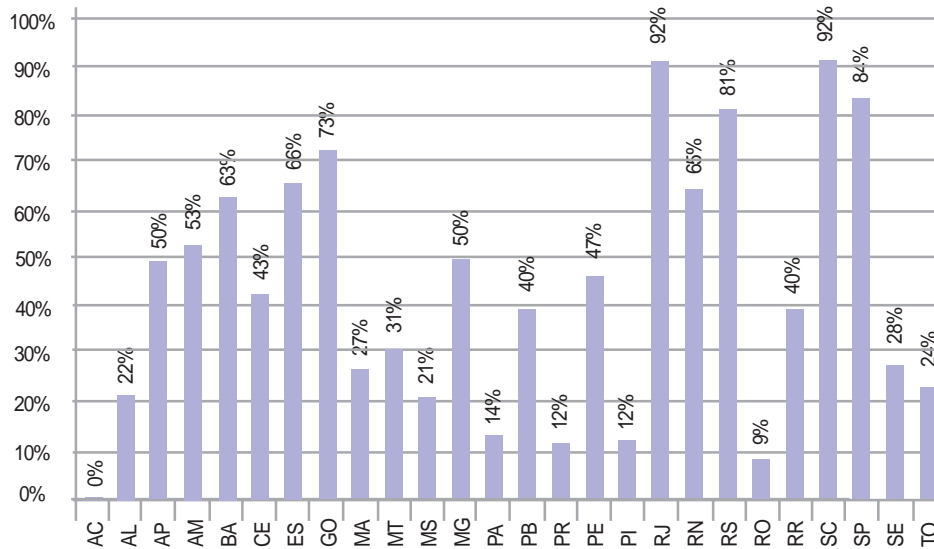
Estados	Sigla	Municípios cadastrados	Municípios onde CME funciona regularmente		Municípios onde CME ainda não funcionou		Municípios onde CME já funcionou	
			Nº	%(*)	Nº	%(*)	Nº	%(*)
Acre	AC	15	(**)	--	(**)	--	1	7%
Alagoas	AL	37	8	22%	5	13%	(**)	--
Amapá	AP	6	3	50%	(**)	--	(**)	--
Amazonas	AM	17	9	53%	2	11%	1	6%
Bahia	BA	157	99	63%	15	9%	5	3%
Ceará	CE	58	25	43%	4	6%	1	2%
Espírito Santo	ES	47	31	66%	4	8%	3	6%
Goiás	GO	101	74	73%	10	9%	8	8%
Maranhão	MA	55	15	27%	2	3%	2	4%
Mato Grosso	MT	48	15	31%	3	6%	2	4%
Mato Grosso do Sul	MS	47	10	21%	2	4%	2	4%
Minas Gerais	MG	301	151	50%	31	10%	18	6%
Pará	PA	37	5	14%	4	10%	3	8%
Paraíba	PB	75	30	40%	7	9%	2	3%
Paraná	PR	176	21	12%	14	7%	5	3%
Pernambuco	PE	116	54	47%	8	6%	11	9%
Piauí	PI	65	8	12%	4	6%	1	2%
Rio de Janeiro	RJ	59	54	92%	1	1%	2	3%
Rio Grande do Norte	RN	66	43	65%	9	13%	1	2%
Rio Grande do Sul	RS	291	237	81%	9	3%	14	5%
Rondônia	RO	23	2	9%	1	4%	(**)	--
Roraima	RR	5	2	40%	(**)	--	(**)	--
Santa Catarina	SC	181	166	92%	2	1%	4	2%
São Paulo	SP	334	280	84%	6	1%	14	4%
Sergipe	SE	32	9	28%	4	12%	1	3%
Tocantins	TO	76	18	24%	14	18%	5	7%
Região Centro-Oeste	CO	196	99	51%	15	7%	12	6%
Região Nordeste	NE	661	291	44%	58	8%	24	4%
Região Norte	N	179	39	22%	21	11%	10	6%
Região Sudeste	SE	741	516	70%	42	5%	37	5%
Região Sul	S	648	424	65%	25	3%	23	4%
Resultado no Brasil		2425	1369	56%	161	6,64%	106	4%

Fonte - SICME.

(*) - Percentual sobre os municípios cadastrados no SICME.

(**) - Dados não informados.

Gráfico 9 - Percentual dos municípios cadastrados, onde o CME funciona regularmente

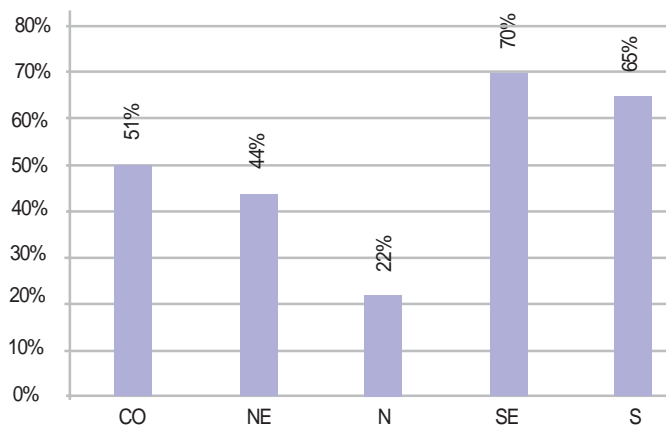


Fonte SICME.

Nota-se a inexistência de CME em funcionamento no Acre e destacam-se os Estados do Rio de Janeiro, de Santa Catarina, de São Paulo, do Rio Grande do Sul e de Goiás com os maiores percentuais, acima de 70%, de municípios com CME funcionando regularmente.

As Regiões Sul e Sudeste concentram os maiores números de Conselhos Municipais de Educação funcionando regularmente.

Gráfico 10 - Percentual de municípios cadastrados, em relação à região, onde o CME funciona regularmente



Fonte SICME.

Os dados evidenciam que não há uma relação direta entre o funcionamento regular do CME e a aprovação em lei do Plano Municipal de Educação, conforme se observa comparando os Gráficos 5 e 6 (página 14), que demonstram os percentuais relativos à existência de lei que cria o Plano, com os Gráficos 9 e 10 (página 19), que explanam as porcentagens quanto aos CME em funcionamento.

Não é adequado usar a proporção de plano aprovado em lei como indicativo da relação do Conselho com a elaboração do Plano Municipal de Educação, uma vez que é preciso considerar o processo de elaboração e não apenas a existência de lei que aprova o plano.

O funcionamento do CME pode também significar um processo de elaboração do plano mais participativo e complexo que não está concluído.

O Plano Municipal de Educação, entendido como um espaço de retomada da autoria do poder local, de politização e de produção de mudanças e definição de pactos, pode estar sendo desenvolvido de forma mais acompanhada, exatamente naqueles municípios que têm Conselho em funcionamento.

Como os dados coletados não foram analisados estatisticamente quanto à relevância em relação ao total de municípios do Brasil, não podem ser considerados como uma amostra representativa do país. Entretanto, observada a ausência de informações nacionais sobre os Conselhos Municipais de Educação e a possibilidade de análise por municípios e/ou estado (que pode ser realizada pelas equipes locais), é importante sistematizar alguns dados existentes no SICME, no seu primeiro ano de funcionamento, a título de divulgar as possibilidades do Sistema.

O objetivo deste trabalho é evidenciar a importância do sistema, estimular os municípios e os estados a inserirem seus dados e colocar, a título de referência, algumas tendências e informações pertinentes para que se tenha um banco de dados em nível nacional e também para que o Ministério da Educação tenha informações pontuais para aperfeiçoar o Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação.

Dentre as razões para o não-funcionamento dos CME que já funcionaram ou que ainda não entraram em funcionamento destacam-se, de acordo com a Tabela 4: falta de capacitação (segundo alegação de quase 50% deles); falta de interesse político (identificada em 25% dos municípios com Conselho que não funcionou ou deixou de funcionar). A falta de capacitação como motivo para a desativação dos Conselhos distribui-se nas regiões com os seguintes percentuais: 51% Nordeste; 45% Norte; 44% Sudeste; 35% Sul e 33% Centro-Oeste. A falta de interesse político revela a persistência de posturas que não valorizam a gestão democrática da educação.

Tabela 4 - Razões do não funcionamento dos CME, em relação a municípios onde o CME já funcionou ou nunca funcionou

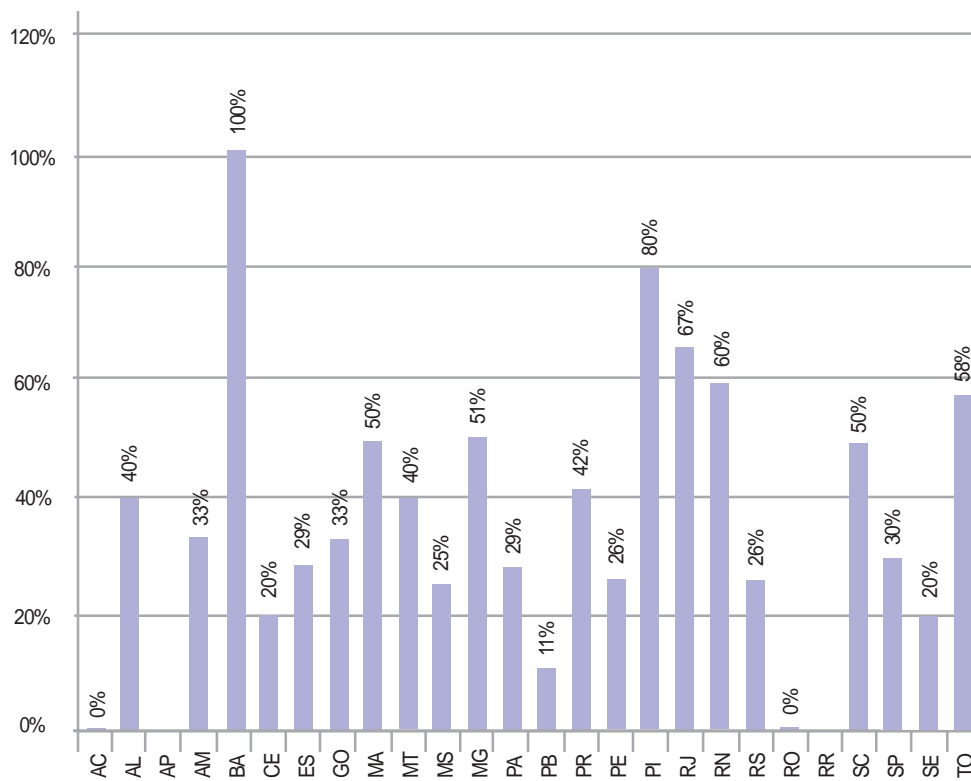
Estados	Sigla	Municípios onde já funcionou ou ainda não funcionou CME	Falta capacitação		Falta interesse		Falta espaço físico		Falta Pessoal		Outras	
			Nº	%(*)	Nº	%(*)	Nº	%(*)	Nº	%(*)	Nº	%(*)
Acre	AC	1										
Alagoas	AL	5	2	40%								
Amapá	AP											
Amazonas	AM	3	1	33%								
Bahia	BA	20	20	100%	6	30%	3	15%	3	15%	4	20%
Ceará	CE	5	1	20%								
Espírito Santo	ES	7	2	29%	2	29%					2	29%
Goiás	GO	18	6	33%	5	28%	2	11%			5	28%
Maranhão	MA	4	2	50%	2	50%	1	25%			1	25%
Mato Grosso	MT	5	2	40%							1	20%
Mato Grosso do Sul	MS	4	1	25%			1	25%	1	25%	2	50%
Minas Gerais	MG	49	25	51%	15	31%	1	2%	3	6%	14	29%
Pará	PA	7	2	29%	3	43%	1	14%	1	14%	1	14%
Paraíba	PB	9	1	11%	1	11%			1	11%		
Paraná	PR	19	8	42%	4	21%	3	16%			9	47%
Pernambuco	PE	19	5	26%	3	16%	1	5%			5	26%
Piauí	PI	5	4	80%			1	20%	1	20%	1	20%
Rio de Janeiro	RJ	3	2	67%	2	67%	1	33%	1	33%		
Rio Grande do Norte	RN	10	6	60%	3	30%					1	10%
Rio Grande do Sul	RS	23	6	26%	7	30%	1	4%	4	17%	9	39%
Rondônia	RO	1			1	100%			1	100%		
Roraima	RR											
Santa Catarina	SC	6	3	50%	2	33%					2	33%
São Paulo	SP	20	6	30%	5	25%	1	5%	1	5%	9	45%
Sergipe	SE	5	1	20%					1	20%	1	20%
Tocantins	TO	19	11	58%	5	26%	2	11%	3	16%	3	16%
Região Centro-Oeste	CO	27	9	33%	5	19%	3	11%	1	4%	8	30%
Região Nordeste	NE	82	42	51%	15	18%	6	7%	6	7%	13	16%
Região Norte	N	31	14	45%	9	29%	3	10%	5	16%	4	13%
Região Sudeste	SE	79	35	44%	24	30%	3	4%	5	6%	25	32%
Região Sul	S	48	17	35%	13	27%	4	8%	4	8%	20	42%
Resultado no Brasil		267	117	44%	66	25%	19	7%	21	8%	70	26%

Fonte - SICME.

(*) – Percentual sobre os municípios que informaram que o CME já funcionou ou que ainda não estão em funcionamento.

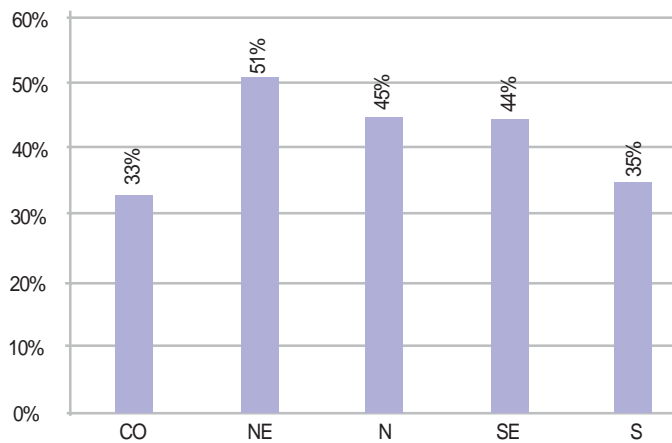
Obs.: Os campos em branco correspondem a dados não informados.

Gráfico 11 - Percentual de municípios, por estado, onde não funciona CME por razão de falta de capacitação



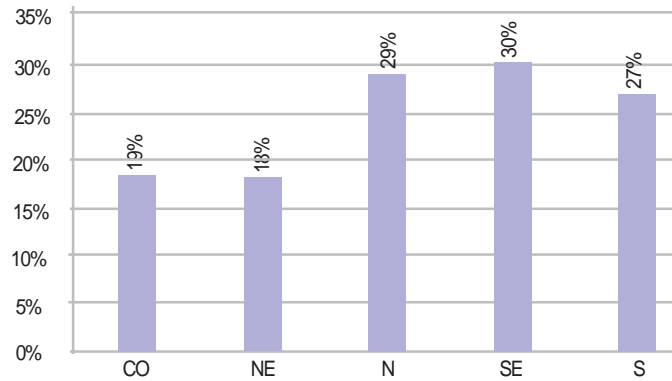
Fonte SICME.

Gráfico 12 - Percentual de municípios, por região, onde não funciona CME por razão de falta de capacitação



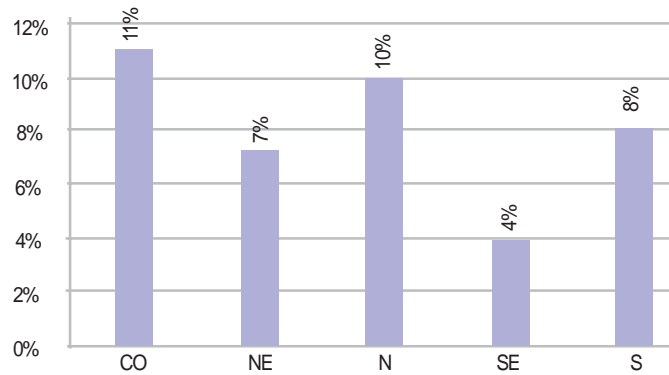
Fonte SICME.

Gráfico 13 - Percentual de municípios, por região, onde não funciona CME por razão de falta de interesse



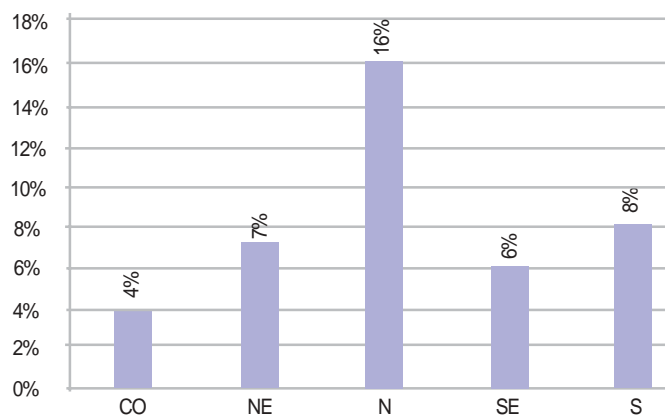
Fonte SICME.

Gráfico 14 - Percentual de municípios, por região, onde não funciona CME por razão de falta de espaço físico



Fonte SICME.

Gráfico 15 - Percentual de municípios, por região, onde não funciona CME por razão de falta de pessoal



Fonte SICME.



Funções exercidas pelos Conselhos

Dos CME em funcionamento, conforme a Tabela 5, 85% informaram exercer função normativa; 78%, a função consultiva; 75%, a função deliberativa; e 68%, a fiscalizadora. Com exceção dos Estados de PE e RS, onde o número de CME com função normativa é menor do que o número de CME com função fiscalizadora, os demais estados apresentam-se com a maioria dos Conselhos com função normativa em relação aos que exercem função fiscalizadora.

Tabela 5 - Situação dos CME em funcionamento, segundo suas funções

Estados	Sigla	CME em funcionamento	Normativa		Consultiva		Deliberativa		Fiscalizadora		Propositiva		Mobilizadora		Outras	
			Nº	%(*)	Nº	%(*)	Nº	%(*)	Nº	%(*)	Nº	%(*)	Nº	%(*)	Nº	%(*)
Acre	AC															
Alagoas	AL	8	8	100%	3	38%	5	63%	5	63%	3	38%	3	38%		
Amapá	AP	3	3	100%	3	100%	3	100%	3	100%	2	67%	1	33%	1	33%
Amazonas	AM	9	9	100%	3	33%	2	22%	3	33%	2	22%	1	11%		
Bahia	BA	99	99	100%	90	91%	84	85%	84	85%	38	38%	43	43%	11	11%
Ceará	CE	25	20	80%	10	40%	7	28%	6	24%	6	24%	7	28%		
Espírito Santo	ES	31	15	48%	17	55%	14	45%	14	45%	5	16%	6	19%	6	19%
Goiás	GO	74	55	74%	46	62%	47	64%	51	69%	19	26%	26	35%	7	9%
Maranhão	MA	15	15	100%	14	93%	15	100%	14	93%	7	47%	11	73%	1	7%
Mato Grosso	MT	15	13	87%	6	40%	2	13%	3	20%	3	20%	4	27%	1	7%
Mato Grosso do Sul	MS	10	10	100%	9	90%	8	80%	3	30%	2	20%	2	20%		
Minas Gerais	MG	151	129	85%	118	78%	106	70%	96	64%	59	39%	68	45%	14	9%
Pará	PA	5	5	100%	4	80%	4	80%	5	100%	3	60%	2	40%		
Paraíba	PB	30	20	67%	8	27%	9	30%	9	30%	2	7%	4	13%	1	3%
Paraná	PR	21	21	100%	16	76%	16	76%	14	67%	7	33%	11	52%		
Pernambuco	PE	54	29	54%	38	70%	40	74%	37	69%	19	35%	25	46%	2	4%
Piauí	PI	8	8	100%	6	75%	5	63%	8	100%	5	63%	5	63%		
Rio de Janeiro	RJ	54	54	100%	29	54%	29	54%	26	48%	19	35%	10	19%	13	24%
Rio Grande do Norte	RN	43	43	100%	34	79%	34	79%	31	72%	17	40%	16	37%	1	2%
Rio Grande do Sul	RS	237	165	70%	211	89%	192	81%	200	84%	83	35%	80	34%	15	6%
Rondônia	RO	2	2	100%	1	50%										
Roraima	RR	2	2	100%	1	50%	1	50%	1	50%	1	50%				
Santa Catarina	SC	166	154	93%	141	85%	148	89%	134	81%	70	42%	73	44%	15	9%
São Paulo	SP	280	260	93%	246	88%	243	87%	162	58%	113	40%	79	28%	17	6%
Sergipe	SE	9	9	100%	3	33%	3	33%	2	22%	2	22%			1	11%
Tocantins	TO	18	18	100%	12	67%	12	67%	14	78%	7	39%	8	44%		
Região Centro-Oeste	CO	99	78	79%	61	62%	57	58%	57	58%	24	24%	32	32%	8	8%
Região Nordeste	NE	291	251	86%	206	71%	202	69%	196	67%	99	34%	114	39%	17	6%
Região Norte	N	39	39	100%	24	62%	22	56%	26	67%	15	38%	12	31%	1	3%
Região Sudeste	SE	516	458	89%	410	79%	392	76%	298	58%	196	38%	163	32%	50	10%
Região Sul	S	424	340	80%	368	87%	356	84%	348	82%	160	38%	164	39%	30	7%
Resultado no Brasil		1369	1166	85%	1069	78%	1029	75%	925	68%	494	36%	485	35%	106	8%

Fonte - SICME.

(*) – Percentual sobre os municípios que informaram que o CME está em funcionamento.

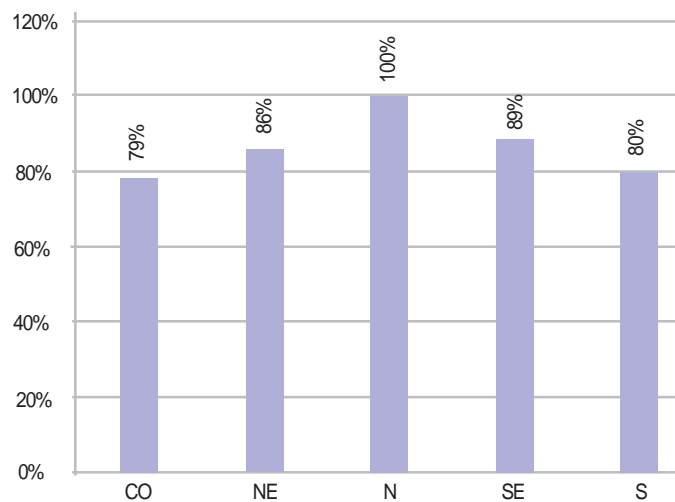
Obs.: Os campos em branco correspondem a dados não informados.

Gráfico 16 – Percentual dos municípios, por estado, com CME em funcionamento que apresentam a função Normativa



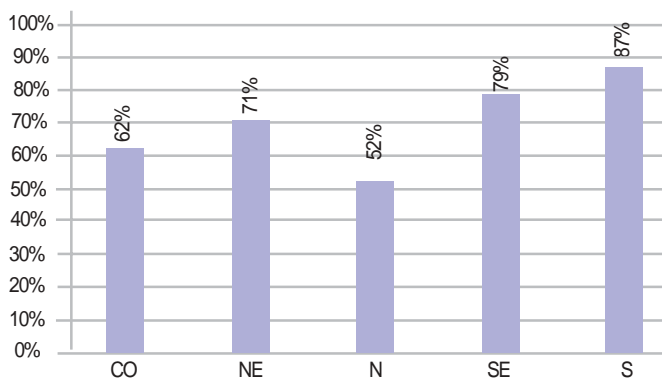
Fonte SICME.

Gráfico 17 – Percentual dos municípios, por região, com CME em funcionamento que apresentam a função Normativa



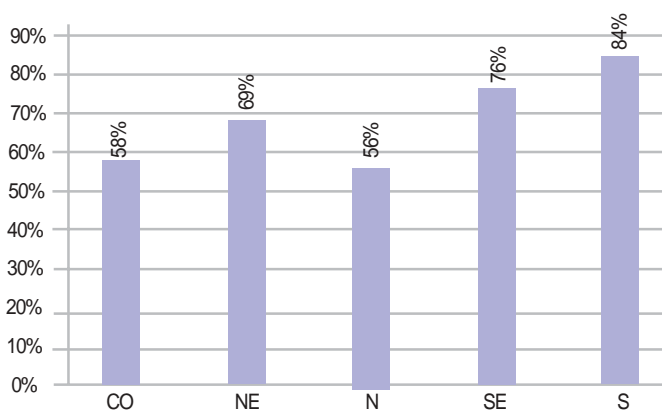
Fonte SICME.

Gráfico 18 – Percentual dos municípios, por região, com CME em funcionamento que apresentam a função Consultiva



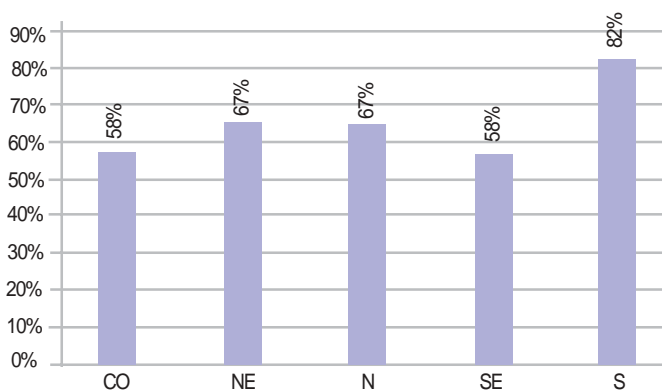
Fonte SICME.

Gráfico 19 – Percentual dos municípios, por região, com CME em funcionamento que apresentam a função Deliberativa



Fonte SICME.

Gráfico 20 – Percentual dos municípios, por região, com CME em funcionamento que apresentam a função Fiscalizadora



Fonte SICME.



Periodicidade das reuniões dos Conselhos

Pelos dados da Tabela 6, abaixo, 46% dos Conselhos informaram realizar pelo menos uma reunião por mês; 11% indicaram outras periodicidades; 26% realizam três reuniões no semestre; e 12% apenas duas por ano, o que revela funcionamento insuficiente e precário desses Conselhos.

Tabela 6 - Situação dos CME em funcionamento, segundo periodicidade das reuniões ordinárias

Estados	Sigla	CME em funcionamento	Mensal		Bimestral		Semestral		Outras		Quinzenal	
			Nº	%(*)	Nº	%(*)	Nº	%(*)	Nº	%(*)	Nº	%(*)
Acre	AC											
Alagoas	AL	8	8	100%								
Amapá	AP	3	1	33%					1	33%	1	33%
Amazonas	AM	9	6	67%	2	22%						
Bahia	BA	99	60	61%	20	20%	2	2%	10	10%	7	7%
Ceará	CE	25	20	80%	3	12%	2	8%				
Espírito Santo	ES	31	11	35%	11	35%	3	10%	4	13%	2	6%
Goiás	GO	74	20	27%	12	16%	20	27%	15	20%	7	9%
Maranhão	MA	15	5	33%	4	27%			2	13%	4	27%
Mato Grosso	MT	15	10	67%	3	20%	1	7%	1	7%		
Mato Grosso do Sul	MS	10	7	70%	1	10%			2	20%		
Minas Gerais	MG	151	60	40%	40	26%	30	20%	21	14%		
Pará	PA	5	3	60%							2	40%
Paraíba	PB	30	11	37%	8	27%	2	7%	4	13%	4	13%
Paraná	PR	21	12	57%	3	14%	5	24%	1	5%		
Pernambuco	PE	54	11	20%	26	48%	10	19%	3	6%	2	4%
Piauí	PI	8	4	50%	1	13%	1	13%	2	25%	1	13%
Rio de Janeiro	RJ	54	28	52%	9	17%	1	2%	8	15%	8	15%
Rio Grande do Norte	RN	43	18	42%	17	40%	4	9%	2	5%	2	5%
Rio Grande do Sul	RS	237	146	62%	46	19%	13	5%	18	8%	13	5%
Rondônia	RO	2	1	50%							1	50%
Roraima	RR	2							1	50%	1	50%
Santa Catarina	SC	166	55	33%	51	31%	36	22%	20	12%	4	2%
São Paulo	SP	280	120	43%	90	32%	29	10%	38	14%	3	1%
Sergipe	SE	9	3	33%	2	22%	2	22%			2	22%
Tocantins	TO	18	9	50%	9	50%						
Região Centro-Oeste	CO	99	37	37%	16	16%	21	21%	18	18%	7	7%
Região Nordeste	NE	291	140	48%	81	28%	23	8%	23	8%	22	8%
Região Norte	N	39	20	51%	11	28%			2	5%	5	13%
Região Sudeste	SE	516	219	42%	150	29%	63	12%	71	14%	13	3%
Região Sul	S	424	213	50%	100	24%	54	13%	39	9%	17	4%
Resultado no Brasil		1369	629	46%	358	26%	161	12%	153	11%	64	5%

Fonte - SICME.

(*) – Percentual sobre os municípios que informaram que o CME está em funcionamento.

Obs.: Os campos em branco correspondem a dados não informados.



Composição de acordo com o número de conselheiros

Em relação ao número de conselheiros titulares por CME, observa-se na Tabela 7 que a maioria dos Conselhos está organizada com 6 a 9 membros, há um bom número com 5 a 12 integrantes. Registramos a existência de 8 Conselhos com mais de 25 membros, um deles com 47.

Tabela 7 - Distribuição dos CME em funcionamento, segundo número de conselheiros

Estados	Sigla	Conselheiros titulares																
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
Acre	AC																	
Alagoas	AL											4						
Amapá	AP						1	1					1					
Amazonas	AM							1	1							1		
Bahia	BA				1	1	10	18	18	21	6	7	4	6		1		
Ceará	CE				1	1	1		2	1	1		1		1			
Espírito Santo	ES						2	2		5	3	1		1	1	1	1	
Goiás	GO			1		11	9	7	3	8	6	6	1	2	1	1		1
Maranhão	MA				1	2	3	1	2			2	1	1	2			
Mato Grosso	MT						2	1	2		1		1					
Mato Grosso do Sul	MS					2	1	3	1		1		1	1				
Minas Gerais	MG			3	12	8	17	15	19	21	12	7	8	6	5	3	5	3
Pará	PA								2	1		1						
Paraíba	PB							2	1	1	2	1						1
Paraná	PR			1	1	4	1	1		3			3		1		1	
Pernambuco	PE					3	6	16	3	9	3	2	6	1	1			
Piauí	PI				1			1	1	1	2	1						
Rio de Janeiro	RJ					2			2	2	4	3	15			2	1	
Rio Grande do Norte	RN				1	6	2	6	10	8	2	1		1				
Rio Grande do Sul	RS				2	10	27	16	8	119	8	5	17	4	1	11	1	
Rondônia	RO																	
Roraima	RR									1								
Santa Catarina	SC	2			7	14	23	36	16	28	13	8	9	8	6	1	2	
São Paulo	SP		1	1	4	12	16	30	22	53	22	32	19	22	7	12	8	6
Sergipe	SE				1		1	1		2			2					
Tocantins	TO				1	4	3	3	5	3	8		1	1	1	1	1	1
Região Centro-Oeste	CO			1		13	12	11	6	8	8	6	3	3	1	1		1
Região Nordeste	NE				5	12	22	47	36	45	16	12	19	9	3	3	1	
Região Norte	N			1	4	3	4	7	6	10		2	1	2	1	2	1	
Região Sudeste	SE		1	4	16	22	35	47	43	81	41	43	42	29	13	18	15	9
Região Sul	S	2		1	10	28	51	53	24	150	21	13	29	12	8	12	4	
Resultado no Brasil		2	1	7	35	78	124	165	115	294	86	76	94	55	26	36	21	10
Distribuição percentual		0%	0%	1%	3%	6%	10%	13%	9%	23%	7%	6%	7%	4%	2%	3%	2%	1%

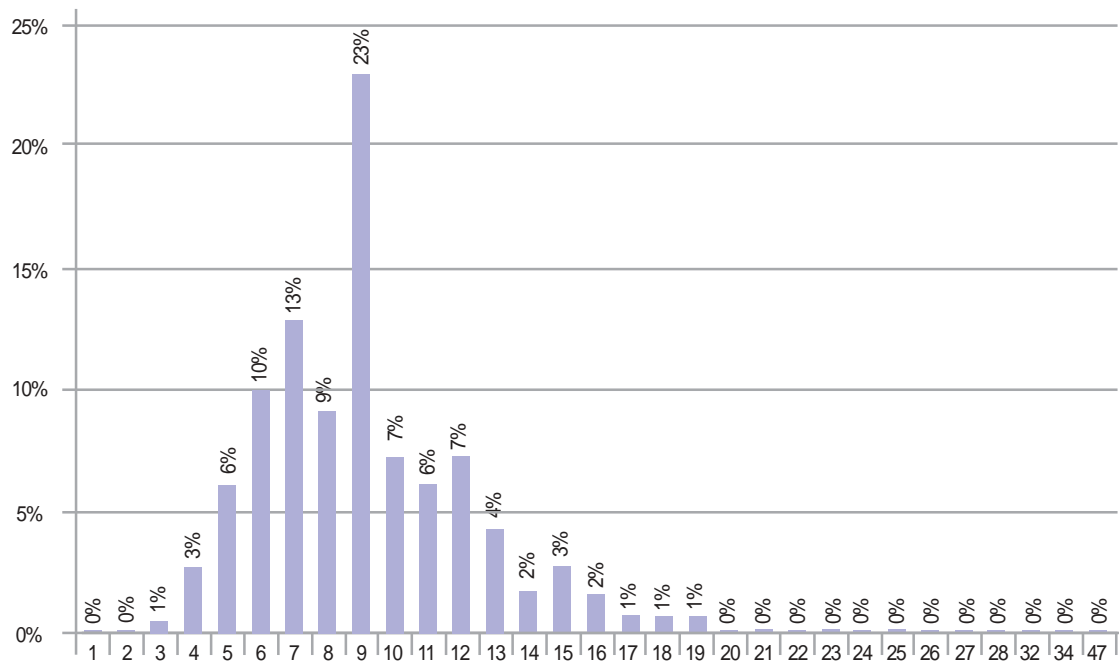
Fonte - SICME.

Tabela 7 (cont.) - Distribuição dos CME em funcionamento, segundo número de conselheiros

Estados	UF	Conselheiros titulares														total		
		18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	32	34	47			
Acre	AC																	
Alagoas	AL		1															5
Amapá	AP																	3
Amazonas	AM																	3
Bahia	BA																	93
Ceará	CE								1									10
Espírito Santo	ES	1		1					1									20
Goiás	GO																	57
Maranhão	MA																	15
Mato Grosso	MT																	7
Mato Grosso do Sul	MS																	10
Minas Gerais	MG	2	1	2		2	1			1								153
Pará	PA																	4
Paraíba	PB																	8
Paraná	PR	1							1		1							19
Pernambuco	PE																	50
Piauí	PI	1																8
Rio de Janeiro	RJ		1															32
Rio Grande do Norte	RN																	37
Rio Grande do Sul	RS				1													230
Rondônia	RO																	
Roraima	RR																	1
Santa Catarina	SC			1														174
São Paulo	SP	5	6	2	4	2	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	296
Sergipe	SE																	7
Tocantins	TO																	33
Região Centro-Oeste	CO																	74
Região Nordeste	NE	1	1						1									233
Região Norte	N																	44
Região Sudeste	SE	8	8	5	4	4	2	1	2	3	1	1	1	1	1	1	1	501
Região Sul	S	1		1	1				1		1							423
Resultado no Brasil		10	9	6	5	4	2	1	4	3	2	1	1	1	1	1	1	1275
Distribuição percentual		1%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%

Fonte - SICME.

Gráfico 21 – Distribuição dos CME cadastrados e em funcionamento, conforme o número de conselheiros titulares



Fonte SICME.



Duração do Mandato dos conselheiros

Em relação aos mandatos, a Tabela 8 aponta que 61% dos Conselhos adotaram 2 anos; 23%, 4 anos; e 14%, outra situação, na qual estão certamente a convivência de dois períodos de mandatos.

Tabela 8 - Mandato dos CME em funcionamento, segundo duração do mandato

Estados	Sigla	CME em funcionamento	Dois anos		Quatro anos		Outro		Um ano	
			Nº	%(*)	Nº	%(*)	Nº	%(*)	Nº	%(*)
Acre	AC									
Alagoas	AL	8	5	63%	3	38%				
Amapá	AP	3			3	100%				
Amazonas	AM	9	7	78%	2	22%				
Bahia	BA	99	64	65%	30	30%	5	5%		
Ceará	CE	25	20	80%			4	16%	1	4%
Espírito Santo	ES	31	24	77%	2	6%	4	13%	1	3%
Goiás	GO	74	44	59%	26	35%	3	4%	1	1%
Maranhão	MA	15	9	60%	4	27%	1	7%	1	7%
Mato Grosso	MT	15	11	73%	3	20%	1	7%		
Mato Grosso do Sul	MS	10	5	50%	4	40%	1	10%		
Minas Gerais	MG	151	109	72%	15	10%	25	17%	2	1%
Pará	PA	5	3	60%	1	20%	1	20%		
Paraíba	PB	30	18	60%	11	37%	1	3%		
Paraná	PR	21	10	48%	3	14%	7	33%	1	5%
Pernambuco	PE	54	40	74%	13	24%	1	2%		
Piauí	PI	8	6	75%	2	25%				
Rio de Janeiro	RJ	54	23	43%	28	52%	2	4%	1	2%
Rio Grande do Norte	RN	43	31	72%	7	16%	5	12%		
Rio Grande do Sul	RS	237	67	28%	84	35%	85	36%	1	
Rondônia	RO	2	1	50%	1	50%				
Roraima	RR	2			2	100%				
Santa Catarina	SC	166	111	67%	30	18%	22	13%	3	2%
São Paulo	SP	280	201	72%	43	15%	25	9%	11	4%
Sergipe	SE	9	7	78%	1	11%	1	11%		
Tocantins	TO	18	17	94%		0%	1	6%		
Região Centro-Oeste	CO	99	60	61%	33	33%	5	5%	1	1%
Região Nordeste	NE	291	200	69%	71	24%	18	6%	2	1%
Região Norte	N	39	28	72%	9	23%	2	5%		
Região Sudeste	SE	516	357	69%	88	17%	56	11%	15	3%
Região Sul	S	424	188	44%	117	28%	114	27%	5	1%
Resultado geral		1369	833	61%	318	23%	195	14%	23	2%

Fonte SICME.

(*) – Percentual sobre os municípios que informaram que o CME está em funcionamento.

Obs.: Os campos em branco correspondem a dados não informados.



Representatividade nos Conselhos conforme a classe

Nota-se a pequena participação dos estudantes na composição dos CME existentes. A representação de estudantes integra a composição de 388 Conselhos, conforme se observa na Tabela 9. Dos CME que são compostos com a participação de estudantes, mais de 90% possuem um ou dois representantes, sendo que a maioria (58%) possui um representante. Observa-se que em dois Conselhos a representação dos estudantes é constituída de cinco membros; em um Conselho, por seis; e em outro Conselho, por dez estudantes.

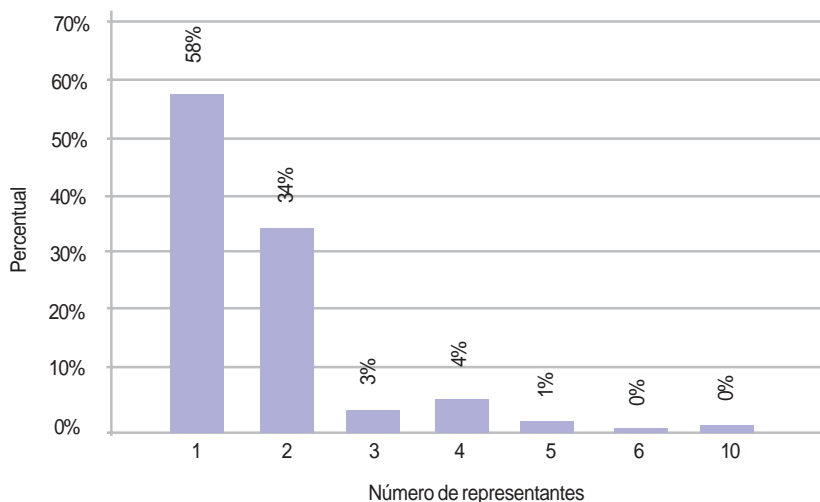
Vale lembrar que não é legalmente possível admitir a presença no CME de adolescentes, menores de dezoito anos, que ainda não preencheram os requisitos legais para a ocupação de cargo, emprego ou desempenho de funções públicas.

Tabela 9 - Distribuição dos municípios quanto a número de representantes de alunos no CME

Estados	UF	Nº de representantes de alunos no CME							Total
		1	2	3	4	5	6	10	
Acre	AC								
Alagoas	AL	1	1	1				1	4
Amapá	AP								
Amazonas	AM	1							1
Bahia	BA	31	15		1				47
Ceará	CE	2	3						5
Espírito Santo	ES	4	8	1					13
Goiás	GO	15	4						19
Maranhão	MA	7	1						8
Mato Grosso	MT	4							4
Mato Grosso do Sul	MS	5							5
Minas Gerais	MG	23	25	2	5				55
Pará	PA	2	2						4
Paraíba	PB			1					1
Paraná	PR	1	1	1	1				4
Pernambuco	PE	16	7		1				24
Piauí	PI	1	2						3
Rio de Janeiro	RJ	1							1
Rio Grande do Norte	RN	16	4						20
Rio Grande do Sul	RS	37	14		2	1			54
Rondônia	RO								
Roraima	RR								
Santa Catarina	SC	15	15						30
São Paulo	SP	37	25	6	5	1	1		75
Sergipe	SE	1	2						3
Tocantins	TO	6	2						8
Total global		226	131	12	15	2	1	1	388
Região Centro-Oeste	CO	24	4						28
Região Nordeste	NE	75	35	2	2			1	115
Região Norte	N	9	4	0					13
Região Sudeste	SE	65	58	9	10	1	1		144
Região Sul	S	53	30	1	3	1			88
Resultado no Brasil		226	131	12	15	2	1	1	388
Distribuição percentual		58%	34%	3%	4%	1%	0%	0%	100%

Fonte - SICME.

Gráfico 22 - Percentual de conselhos conforme o número de representantes dos alunos



Fonte SICME.

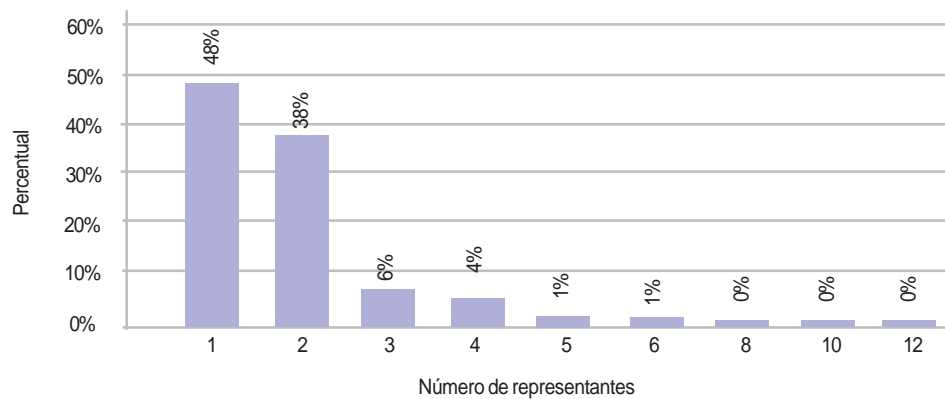
Pela Tabela 10, nota-se que o número de representantes dos pais nos Conselhos Municipais de Educação, em sua maioria, situa-se entre um a dois participantes. Tem-se uma pequena superioridade de 48% dos Conselhos que contam com um representante dos pais. Noventa e seis por cento dos Conselhos que informaram apresentam até quatro representantes. Em alguns casos a representação chega a dez ou doze representantes.

Tabela 10 - Distribuição dos municípios quanto a número de representantes de pais no CME

Estados	Sigla	Nº de representantes de alunos no CME										Total
		1	2	3	4	5	6	7	8	10	12	
Acre	AC											
Alagoas	AL	3	1	1						1		6
Amapá	AP	3										3
Amazonas	AM	2		1								3
Bahia	BA	50	37	2	1							90
Ceará	CE	4	4		1							9
Espírito Santo	ES	7	12	2	1							22
Goiás	GO	41	20	2		1						64
Maranhão	MA	13	3									16
Mato Grosso	MT	3	5		1							9
Mato Grosso do Sul	MS	4	1	1								6
Minas Gerais	MG	56	79	10	10			1				156
Pará	PA	3	2	1								6
Paraíba	PB	5	3									8
Paraná	PR	12	7	13	1		2				1	36
Pernambuco	PE	34	20	1								55
Piauí	PI	5	5									10
Rio de Janeiro	RJ	16	2				1					19
Rio Grande do Norte	RN	26	13	1								40
Rio Grande do Sul	RS	108	63	8	7		4		1		1	192
Rondônia	RO											
Roraima	RR											
Santa Catarina	SC	73	68	5	8	1	1	1				157
São Paulo	SP	96	99	29	23	7	3	2	2	1		262
Sergipe	SE	3	3									6
Tocantins	TO	13	13	1	1							28
Total global		580	460	78	54	9	11	4	3	2	2	1.203
Região Centro-Oeste	CO	48	26	3	1	1						79
Região Nordeste	NE	143	89	5	2					1		240
Região Norte	N	21	15	3	1							40
Região Sudeste	SE	175	192	41	34	7	4	3	2	1		459
Região Sul	S	193	138	26	16	1	7	1	1		2	385
Resultado no Brasil		580	460	78	54	9	11	4	3	2	2	1203
Distribuição percentual		48%	38%	6%	4%	1%	1%	0%	0%	0%	0%	100%

Fonte - SICME.

Gráfico 23 - Percentual de Conselhos conforme o número de representantes dos pais



Fonte SICME.

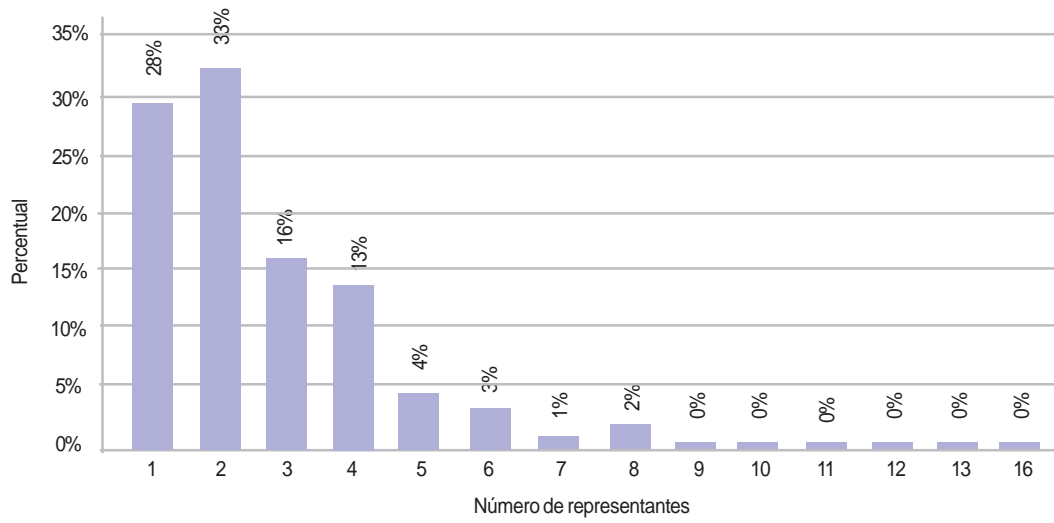
Conforme os dados apresentados pela Tabela 11, nota-se a tendência à presença de representantes do Poder Executivo, distribuídos de forma menos concentrada do que a que foi analisada na representação dos estudantes e dos pais. Noventa por cento dos Conselhos apresentam até quatro representantes do Executivo. A concentração maior é entre um e três representantes, sendo que o maior número de Conselhos possui, na sua composição, dois representantes do Poder Executivo.

Tabela 11 - Distribuição dos municípios quanto ao número de representantes do Poder Executivo no CME

Estados	Sigla	Nº de representantes do Poder Executivo participantes no CME														Total	
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	16		
Acre	AC																
Alagoas	AL	1	1	2	2												6
Amapá	AP	1	1			1											3
Amazonas	AM	2	1														3
Bahia	BA	20	39	13	16	4	9	1	1	1			1				105
Ceará	CE	1	5	1	3		1										11
Espírito Santo	ES	10	4	4	3		1	2			1				1		26
Goiás	GO	16	19	11	13	3		1	1	1							65
Maranhão	MA	7	3	3	3	2											18
Mato Grosso	MT	1	7	1					1								10
Mato Grosso do Sul	MS	2	5			3	1										11
Minas Gerais	MG	62	71	16	20	2	4	2	3			1		1			182
Pará	PA		1	3	2												6
Paraíba	PB	3		2	1		2		1								9
Paraná	PR	5	12	6	6	1	2		1		1						34
Pernambuco	PE	17	16	9	10	1	4		2		1						60
Piauí	PI	2	5	1		2					1						11
Rio de Janeiro	RJ	2	6	3	3	8	5	1	3								31
Rio Grande do Norte	RN	13	17	9	4		1		1								45
Rio Grande do Sul	RS	55	72	64	26	5	6		1		1						230
Rondônia	RO																
Roraima	RR					1											1
Santa Catarina	SC	42	68	22	22	5	3		3								165
São Paulo	SP	97	73	35	25	9	5	5	8	3	1		2				263
Sergipe	SE	2	2	1	2												7
Tocantins	TO	7	7	3	6	5	1		1								30
Total global		368	435	209	167	52	45	12	27	6	5	1	3	1	1		1332
Região Centro-Oeste	CO	19	31	12	13	6	1	1	2	1							86
Região Nordeste	NE	66	88	41	41	9	17	1	5	2	1		1				272
Região Norte	N	10	10	6	8	7	1		1								43
Região Sudeste	SE	171	154	58	51	19	15	10	14	3	2	1	2	1	1		502
Região Sul	S	102	152	92	54	11	11		5		2						429
Resultado no Brasil		368	435	209	167	52	45	12	27	6	5	1	3	1	1		1332
Distribuição percentual		28%	33%	16%	13%	4%	3%	1%	2%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%

Fonte - SICME.

Gráfico 24 - Percentual de representantes do Poder Executivo nos Conselhos, conforme o número de representantes



Fonte SICME.

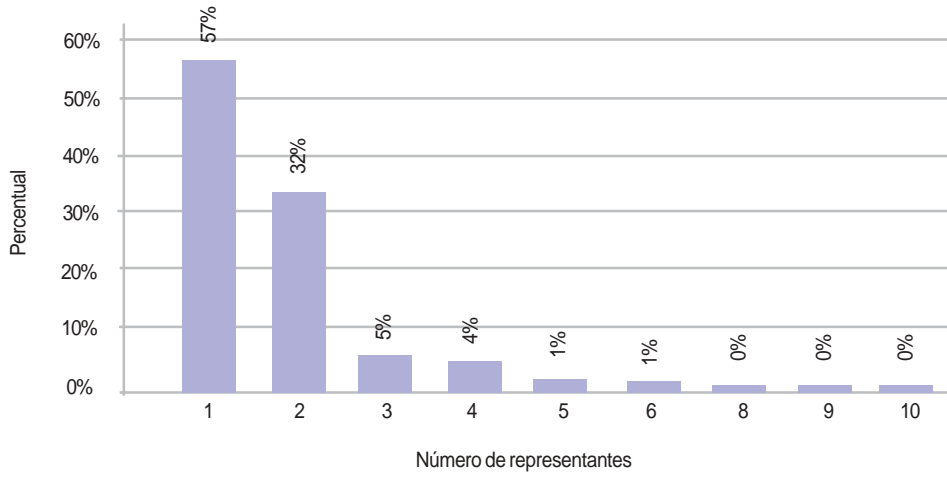
Quanto à representação das escolas privadas, observa-se na Tabela 12 a tendência de um representante no Conselho Municipal, sendo que, do total de Conselhos informantes, 89% apresentam entre um e dois representantes.

Tabela 12 - Distribuição dos municípios quanto a número de representantes de escolas privadas no CME

Estados	Sigla	Nº de representantes das escolas privadas participantes no CME									
		1	2	3	4	5	6	8	9	16	Total
Acre	AC										
Alagoas	AL	2									2
Amapá	AP	1									1
Amazonas	AM	2									2
Bahia	BA	17	18		1						36
Ceará	CE		2		1						3
Espírito Santo	ES	2	3		1						6
Goiás	GO	15	4		1		1				21
Maranhão	MA	7	3								10
Mato Grosso	MT	2	4								6
Mato Grosso do Sul	MS	1	2								3
Minas Gerais	MG	29	29	5	4		1	1		1	70
Pará	PA	2	2								4
Paraíba	PB	1	3								4
Paraná	PR	7	5	1	1	1					15
Pernambuco	PE	27	16	1							44
Piauí	PI	4	1								5
Rio de Janeiro	RJ	19	5	1							25
Rio Grande do Norte	RN	11	4								15
Rio Grande do Sul	RS	62	20	6	4		1	1			94
Rondônia	RO										
Roraima	RR										
Santa Catarina	SC	36	21	3	2	1					63
São Paulo	SP	67	37	9	10	3	1		1		128
Sergipe	SE	1	1								2
Tocantins	TO	8	1								9
Total global		323	181	26	25	5	4	2	1	1	568
Região Centro-Oeste	CO	18	10		1		1				30
Região Nordeste	NE	70	48	1	2						121
Região Norte	N	13	3								16
Região Sudeste	SE	117	74	15	15	3	2	1	1	1	229
Região Sul	S	105	46	10	7	2	1	1			172
Resultado no Brasil		323	181	26	25	5	4	2	1	1	568
Distribuição percentual		57%	32%	5%	4%	1%	1%	0%	0%	0%	100%

Fonte - SICME.

Gráfico 25 - Percentual de representantes das escolas privadas nos Conselhos, conforme o número de representantes



Fonte SICME.

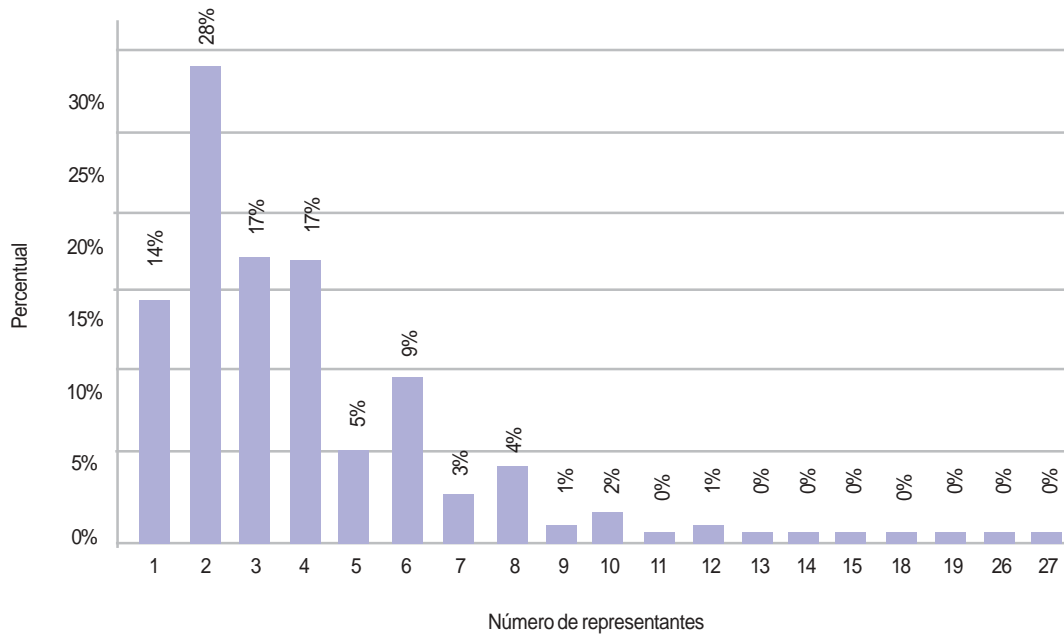
Quanto à representação das escolas públicas no Conselho Municipal de Educação, apresentada pela Tabela 13, constata-se que 45% dos Conselhos cadastrados apresentam em sua composição dois ou três representantes. Setenta e seis por cento dos Conselhos, até quatro representantes. Vale destacar que a representação das escolas públicas é a que apresenta maior número de componentes, chegando a ter 27 representantes.

Tabela 13 - Distribuição dos municípios quanto a número de representantes de escolas públicas no CME

Estados	Sigla	Nº de representantes das escolas públicas participantes no CME																			Total
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	18	19	26	27	
Acre	AC																				
Alagoas	AL	2	2	2																	6
Amapá	AP	2			1																3
Amazonas	AM	1	1		1		1														4
Bahia	BA	22	38	14	17	1	7	1	3		1					1				105	
Ceará	CE	1	5	1	2								1				1			11	
Espírito Santo	ES	3	8	1	6	2	3	1	1											25	
Goiás	GO	12	25	13	8	2	6				1			1						68	
Maranhão	MA	8	5	3	1									1						18	
Mato Grosso	MT	1	3	1	1	1	1		1											9	
Mato Grosso do Sul	MS	1	5	3		1														10	
Minas Gerais	MG	14	61	19	29	12	16	6	14	2	3		2			1	1		2	1	183
Pará	PA		4	2	1															7	
Paraíba	PB	1	2	1	3			2												9	
Paraná	PR	5	5	8	5	1	6	2			1	1			2			1		37	
Pernambuco	PE	14	29	5	5	1	2		2											58	
Piauí	PI	5	1		3		1													10	
Rio de Janeiro	RJ	7	9	5	2	3														26	
Rio Grande do Norte	RN	3	14	11	9	1	4	1			2									45	
Rio Grande do Sul	RS	24	50	53	47	16	24	6	11		3	2	2							238	
Rondônia	RO																				
Roraima	RR																				
Santa Catarina	SC	18	48	25	36	7	12	5	7	2	4									164	
São Paulo	SP	28	52	54	45	23	31	12	12	5	6	1	3	2	4	1	2			281	
Sergipe	SE	1	3	1	1		1													7	
Tocantins	TO	13	10	4	4															31	
Total global		186	380	226	227	71	117	34	51	9	21	4	9	3	6	3	4	1	2	1	1.355
Região Centro-Oeste	CO	14	33	17	9	4	7		1		1			1						87	
Região Nordeste	NE	57	99	38	41	3	17	2	5		3		2			1	1				269
Região Norte	N	16	15	6	7		1													45	
Região Sudeste	SE	52	130	79	82	40	50	19	27	7	9	1	5	2	4	2	3			515	
Região Sul	S	47	103	86	88	24	42	13	18	2	8	3	2		2			1		439	
Resultado no Brasil		186	380	226	227	71	117	34	51	9	21	4	9	3	6	3	4	1	2	1	1355
Distribuição percentual		14%	28%	17%	17%	5%	9%	3%	4%	1%	2%	0%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%

Fonte - SICME.

Gráfico 26 - Percentual de representantes das escolas públicas nos Conselhos, conforme o número de representantes



Fonte SICME.



Indicação dos presidentes

A indicação dos presidentes, segundo a Tabela 14, em 64% dos casos é realizada por meio de eleição dos pares e 10% por indicação do Poder Executivo. Em 22% dos Conselhos em funcionamento o secretário de educação é o presidente. As Regiões Nordeste e Sudeste lideram essa situação, com 30% e 29% respectivamente. O menor número de Conselhos com secretários presidentes está na Região Sul, com 9% deles. Nessa mesma região, 81% dos presidentes de Conselho são eleitos pelos pares. Pernambuco é o estado com maior número de secretários presidente (52%), seguido por MG (48%) e RJ (46%). Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul têm, respectivamente, 91% e 90% dos presidentes eleitos pelo pares

Tabela 14 - Situação dos CME, em funcionamento, segundo forma de escolha do Presidente

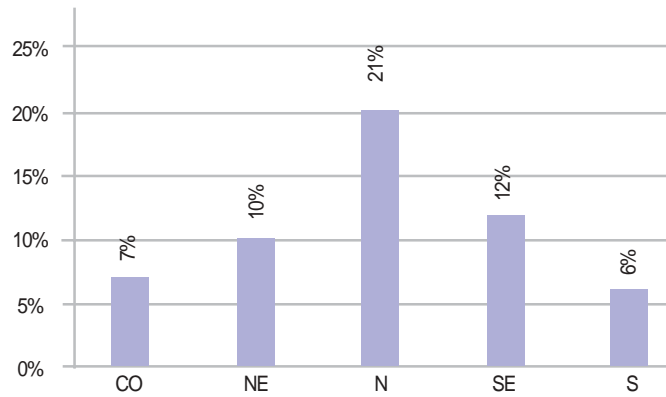
Estados	Sigla	CME em funcionamento	Eleição pelos pares		Indicação do Executivo		Secretário é o presidente		Outra forma	
			Nº	%(*)	Nº	%(*)	Nº	%(*)	Nº	%(*)
Acre	AC									
Alagoas	AL	8	5	63%	1	13%	2	25%		
Amapá	AP	3	3	100%						
Amazonas	AM	9	5	56%	1	11%	3	33%		
Bahia	BA	99	59	60%	5	5%	31	31%	4	4%
Ceará	CE	25	15	60%	1	4%	8	32%	1	4%
Espírito Santo	ES	31	17	55%	5	16%	7	23%	2	6%
Goiás	GO	74	51	69%	6	8%	12	16%	5	7%
Maranhão	MA	15	7	47%	4	27%	4	27%		
Mato Grosso	MT	15	9	60%	1	7%	5	33%		
Mato Grosso do Sul	MS	10	9	90%					1	10%
Minas Gerais	MG	151	50	33%	20	13%	73	48%	8	5%
Pará	PA	5	5	100%						
Paraíba	PB	30	19	63%	6	20%	3	10%	2	7%
Paraná	PR	21	9	43%	3	14%	8	38%	1	5%
Pernambuco	PE	54	17	31%	7	13%	28	52%	2	4%
Piauí	PI	8	6	75%			2	25%		
Rio de Janeiro	RJ	54	20	37%	5	9%	25	46%	4	7%
Rio Grande do Norte	RN	43	29	67%	4	9%	8	19%	2	5%
Rio Grande do Sul	RS	237	216	91%	11	5%	3	1%	7	3%
Rondônia	RO	2	1	50%	1	50%				
Roraima	RR	2	2	100%						
Santa Catarina	SC	166	118	71%	11	7%	27	16%	10	6%
São Paulo	SP	280	185	66%	32	11%	43	15%	20	7%
Sergipe	SE	9	6	67%	1	11%	2	22%		
Tocantins	TO	18	11	61%	6	33%	1	6%		
Região Centro-Oeste	CO	99	69	70%	7	7%	17	17%	6	6%
Região Nordeste	NE	291	163	56%	29	10%	88	30%	11	4%
Região Norte	N	39	27	69%	8	21%	4	10%		
Região Sudeste	SE	516	272	53%	62	12%	148	29%	34	7%
Região Sul	S	424	343	81%	25	6%	38	9%	18	4%
Resultado geral		1369	874	64%	131	10%	295	22%	69	5%

Fonte SICME.

(*) – Percentual sobre os municípios que informaram que o CME está em funcionamento.

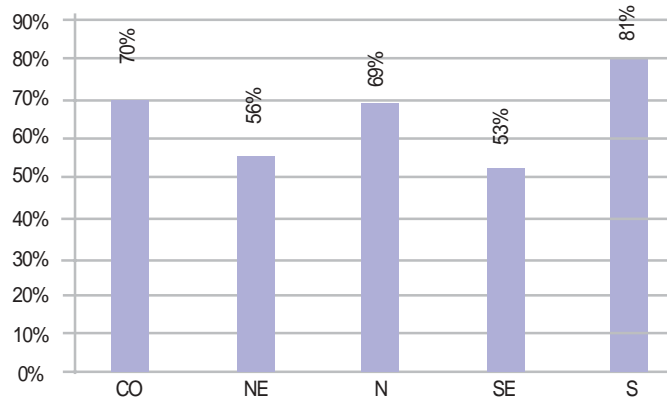
Obs.: Os campos em branco correspondem a dados não informados.

Gráfico 27 - Percentual de municípios, por região do país, onde o presidente do CME é escolhido por indicação do Poder Executivo



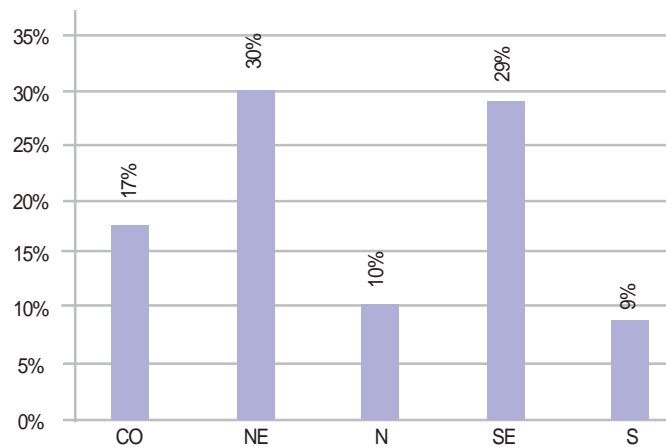
Fonte SICME.

Gráfico 28 - Percentual de municípios, por região do país, onde o presidente do CME é escolhido por Eleição pelos pares



Fonte SICME.

Gráfico 29 - Percentual de municípios, por região, onde o presidente do CME é o Secretário Municipal de Educação



Fonte SICME.



Escolha de representantes

Em relação à escolha dos conselheiros, a Tabela 15 mostra que 60% dos representantes foram indicados por sua entidade e 27% eleitos pelos pares. Apenas 10% foram indicados pelo prefeito.

Lideram a escolha dos conselheiros por eleição, os Estados do CE (44%), PA (60%), RN (47%) e SP (44%). Destacam-se na escolha por indicação da entidade: AL (75%), ES (71%), MT (73%), PE (74%), RS (68%), SC (77%) e SE (78%). A indicação pelo prefeito é maior nos Estados de MS (40%), RO (50%) e RR (50%).

Tabela 15 - Situação dos CME, em funcionamento, segundo forma de escolha dos representantes da comunidade educacional

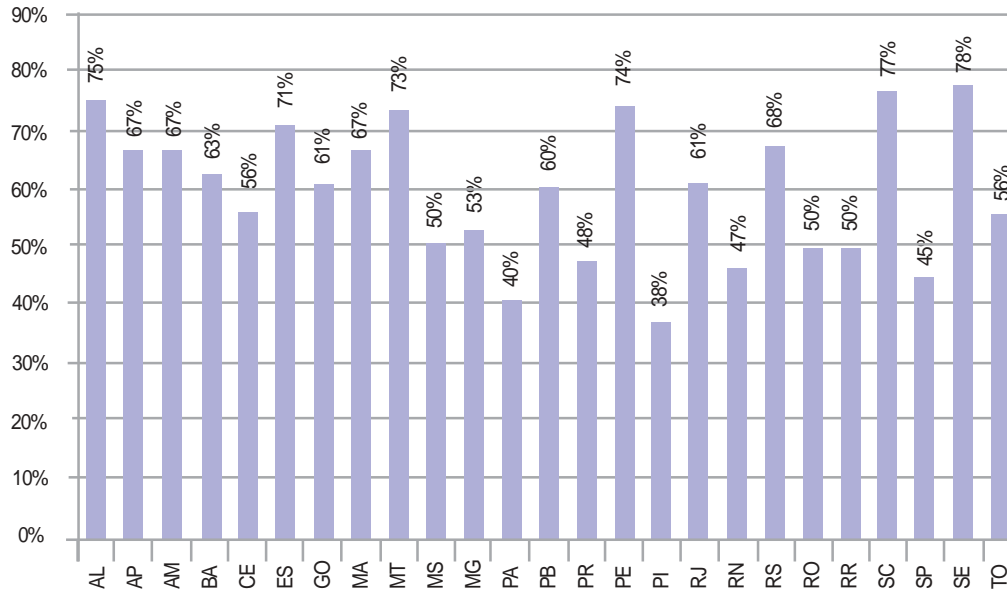
Estados	Sigla	CME em funcionamento	Indicação da entidade		Eleição pelos pares		Indicação do Prefeito		Outra forma	
			Nº	%(*)	Nº	%(*)	Nº	%(*)	Nº	%(*)
Acre	AC									
Alagoas	AL	8	6	75%	1	13%	1	13%		
Amapá	AP	3	2	67%	1	33%				
Amazonas	AM	9	6	67%	1	11%	2	22%		
Bahia	BA	99	62	63%	18	18%	14	14%	5	5%
Ceará	CE	25	14	56%	11	44%				
Espírito Santo	ES	31	22	71%	7	23%	1	3%	1	3%
Goiás	GO	74	45	61%	14	19%	9	12%	6	8%
Maranhão	MA	15	10	67%	5	33%				
Mato Grosso	MT	15	11	73%	2	13%	2	13%		
Mato Grosso do Sul	MS	10	5	50%	1	10%	4	40%		
Minas Gerais	MG	151	80	53%	47	31%	17	11%	7	5%
Pará	PA	5	2	40%	3	60%				
Paraíba	PB	30	18	60%	7	23%	4	13%	1	3%
Paraná	PR	21	10	48%	5	24%	4	19%	2	10%
Pernambuco	PE	54	40	74%	8	15%	5	9%	1	2%
Piauí	PI	8	3	38%	3	38%	2	25%		
Rio de Janeiro	RJ	54	33	61%	11	20%	7	13%	3	6%
Rio Grande do Norte	RN	43	20	47%	20	47%	2	5%	1	2%
Rio Grande do Sul	RS	237	160	68%	54	23%	18	8%	5	2%
Rondônia	RO	2	1	50%			1	50%		
Roraima	RR	2	1	50%			1	50%		
Santa Catarina	SC	166	128	77%	23	14%	13	8%	2	1%
São Paulo	SP	280	125	45%	123	44%	23	8%	9	3%
Sergipe	SE	9	7	78%	2	22%				
Tocantins	TO	18	10	56%	6	33%	2	11%		
Região Centro-Oeste	CO	99	61	62%	17	17%	15	15%	6	6%
Região Nordeste	NE	291	180	62%	75	26%	28	10%	8	3%
Região Norte	N	39	22	56%	11	28%	6	15%		
Região Sudeste	SE	516	260	50%	188	36%	48	9%	20	4%
Região Sul	S	424	298	70%	82	19%	35	8%	9	2%
Resultado geral		1369	821	60%	373	27%	132	10%	43	3%

Fonte SICME.

(*) – Percentual sobre os municípios que informaram que o CME está em funcionamento.

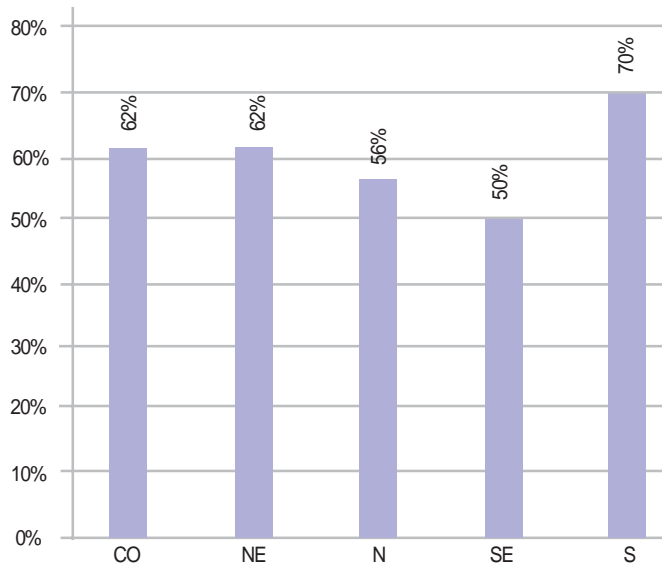
Obs.: Os campos em branco correspondem a dados não informados.

Gráfico 30 - Percentual de municípios, por estado, onde a forma de escolas dos representantes do CME, na comunidade educacional, e realizada por indicação da entidade



Fonte SICME.

Gráfico 31 - Percentual de municípios, por região, onde a forma de escolas dos representantes do CME, na comunidade educacional, e realizada por indicação da entidade



Fonte SICME.



Apoio financeiro dos conselheiros

Na Tabela 16, temos que 4% dos conselheiros recebem jetons; 10%, licença remunerada; e 17% têm outras formas de apoio financeiro. Também, em 2% dos Conselhos pratica-se a distribuição do vale-transporte e em 4% a ajuda de custo. Tudo isso equivale dizer que em 37% dos Conselhos em funcionamento há algum tipo de incentivo para o desempenho das atividades de conselheiro. Os Estados do PA (40%), MA (47%), RR (50%) e RO (50%) lideram a existência de jetons. Inexistem ou são pouco significativos os incentivos financeiros oferecidos aos conselheiros nos Estados de CE, MT e PB. Praticamente inexistem jetons nas Regiões Sudeste (1%), Sul (2%) e Nordeste (7%). As Regiões Norte (15%) e Centro-Oeste (11%) concentram o maior número de Conselhos com jetons.

Tabela 16 - Situação dos CME, em funcionamento, segundo tipo de apoio financeiro para conselheiro

Estados	UF	CME em funcionamento	Outras formas		Licença remunerada		Jeton		Ajuda de Custo		Vale Transporte		Pró-Labore	
			Nº	%(*)	Nº	%(*)	Nº	%(*)	Nº	%(*)	Nº	%(*)	Nº	%(*)
Acre	AC													
Alagoas	AL	8			2	25%			1	13%				
Amapá	AP	3					1	33%						
Amazonas	AM	9			2	22%	1	11%						
Bahia	BA	99	17	17%	21	21%	10	10%	2	2%				
Ceará	CE	25	1	4%	1	4%								
Espírito Santo	ES	31	7	23%	1	3%								
Goiás	GO	74	14	19%	11	15%	10	14%	2	3%	1	1%	1	1%
Maranhão	MA	15	2	13%	1	7%	7	47%			1	7%		
Mato Grosso	MT	15	1	7%										
Mato Grosso do Sul	MS	10	1	10%	1	10%	1	10%	2	20%				
Minas Gerais	MG	151	26	17%	8	5%	1	1%			3	2%		
Pará	PA	5	2	40%	4	80%	2	40%	1	20%	1	20%		
Paraíba	PB	30	1	3%	2	7%			1	3%			1	3%
Paraná	PR	21	2	10%	5	24%	1	5%						
Pernambuco	PE	54	29	54%	1	2%	2	4%	2	4%	1	2%		
Piauí	PI	8	4	50%										
Rio de Janeiro	RJ	54	7	13%	4	7%	4	7%						
Rio Grande do Norte	RN	43	5	12%	1	2%			3	7%	1	2%		
Rio Grande do Sul	RS	237	55	23%	46	19%	6	3%	40	17%	11	5%		
Rondônia	RO	2			2	100%	1	50%						
Roraima	RR	2					1	50%						
Santa Catarina	SC	166	16	10%	11	7%			4	2%	5	3%		
São Paulo	SP	280	41	15%	11	4%					1		1	
Sergipe	SE	9			1	11%	1	11%						
Tocantins	TO	18	2	11%	3	17%					1	6%		
Região Centro-Oeste	CO	99	16	16%	12	12%	11	11%	4	4%	1	1%	1	1%
Região Nordeste	NE	291	61	21%	30	10%	20	7%	9	3%	3	1%	1	
Região Norte	N	39	4	10%	11	28%	6	15%	1	3%	2	5%		
Região Sudeste	SE	516	81	16%	24	5%	5	1%			4	1%	1	
Região Sul	S	424	73	17%	62	15%	7	2%	44	10%	16	4%		
Resultado no Brasil		1369	235	17%	139	10%	49	4%	58	4%	26	2%	3	

Fonte - SICME.

(*) – Percentual sobre os municípios que informaram que o CME está em funcionamento.

Obs.: Os campos em branco correspondem a dados não informados.



Locais de reunião e mobiliário

Na Tabela 17 observa-se que, em geral, as reuniões dos Conselhos ocorrem no prédio da Secretaria Municipal de Educação (68%) e apenas (37%) dos CME dispõem de mobiliário próprio. Computador e telefone existem em 27% e 29% dos Conselhos, respectivamente; fax, em 20%.

A dotação orçamentária para as atividades do CME existe em 18% dos CME.

Os estados onde há dotação orçamentária são: RS (74 municípios) e SP (29 municípios). Quinze por cento dos Conselhos contam com algum tipo de apoio administrativo. MG e RS são os estados em que os Conselhos recebem maior apoio administrativo das suas prefeituras.



Atribuições do Conselho

Dentre as atribuições desempenhadas pelos Conselhos em funcionamento as que mais se destacam são: aprovação do regimento interno (87%), proposição de diretrizes (85%), emissão de parecer (79%) e elaboração de normas (72%), conforme se verifica na Tabela 18.

Tabela 18 - Principais atribuições dos CME em funcionamento, nos estados

Estados	UF	CME em funcionamento	Aprova Regimento		Aprova resoluções		Autoriza Cursos		Credencia escolas		Elabora Normas		Emite Parecer		Mobiliza Segmento		Outros		Propõe diretrizes p/ PME		Propõe sindicâncias	
			Nº	%(*)	Nº	%(*)	Nº	%(*)	Nº	%(*)	Nº	%(*)	Nº	%(*)	Nº	%(*)	Nº	%(*)	Nº	%(*)	Nº	%(*)
Acre	AC																					
Alegoas	AL	8	6	75%	3	38%	4	50%	4	50%	4	50%	5	63%	4	50%	2	25%	7	88%	2	25%
Amapá	AP	3	3	100%	3	100%	2	67%	3	100%	3	100%	3	100%	1	33%			2	67%		
Amazonas	AM	9	4	44%	4	44%	3	33%	3	33%	4	44%	3	33%	2	22%			4	44%	1	11%
Bahia	BA	99	98	99%	86	87%	88	89%	88	89%	96	97%	94	95%	68	69%	29	29%	89	90%	63	64%
Ceará	CE	25	10	40%	6	24%	3	12%	2	8%	5	20%	4	16%	7	28%	3	12%	10	40%	6	24%
Espirito Santo	ES	31	20	65%	8	26%	7	23%	6	19%	14	45%	15	48%	12	39%	3	10%	20	65%	10	32%
Goiás	GO	74	62	84%	41	55%	33	45%	32	43%	47	64%	58	78%	40	54%	13	18%	60	81%	29	39%
Maranhão	MA	15	15	100%	15	100%	12	80%	15	100%	13	87%	14	93%	11	73%	2	13%	15	100%	14	93%
Mato Grosso	MT	15	8	53%	3	20%	3	20%	3	20%	4	27%	6	40%	6	40%	1	7%	8	53%	4	27%
Mato Grosso do Sul	MS	10	8	80%	4	40%	10	100%	10	100%	8	80%	9	90%	4	40%	2	20%	8	80%	6	60%
Minas Gerais	MG	151	150	99%	56	37%	46	30%	41	27%	116	77%	103	68%	134	89%	35	23%	150	99%	58	38%
Pará	PA	5	5	100%	5	100%	4	80%	4	80%	4	80%	4	80%	3	60%	4	80%	4	80%	4	80%
Parabá	PB	30	8	27%	6	20%	7	23%	6	20%	8	27%	9	30%	7	23%	2	7%	8	27%	6	20%
Paraná	PR	21	20	95%	17	81%	20	95%	14	67%	20	95%	18	86%	21	100%	3	14%	19	90%	19	90%
Pernambuco	PE	54	50	93%	35	65%	19	35%	18	33%	39	72%	39	72%	35	65%	22	41%	54	100%	33	61%
Piauí	PI	8	8	100%	5	63%	4	50%	8	100%	7	88%	6	75%	5	63%	3	38%	7	88%	5	63%
Rio de Janeiro	RJ	54	29	54%	19	35%	23	43%	26	48%	30	56%	29	54%	20	37%	4	7%	26	48%	19	35%
Rio Grande do Norte	RN	43	40	93%	26	60%	27	63%	25	58%	36	84%	41	95%	26	60%	8	19%	37	86%	25	58%
Rio Grande do Sul	RS	237	212	89%	109	46%	121	51%	91	38%	140	59%	207	87%	130	55%	47	20%	182	77%	50	21%
Rondônia	RO	2	1	50%																	1	50%
Roraima	RR	2	1	50%	1	50%	1	50%	1	50%	1	50%	1	50%			1	50%	1	50%	1	50%
Santa Catarina	SC	166	153	92%	142	86%	129	78%	108	65%	142	86%	164	99%	88	53%	12	7%	152	92%	53	32%
São Paulo	SP	280	261	93%	143	51%	133	48%	132	47%	219	78%	225	80%	160	57%	44	16%	279	100%	108	39%
Sergipe	SE	9	6	67%	5	56%	4	44%	5	56%	5	56%	5	56%	3	33%	2	22%	5	56%	2	22%
Tocantins	TO	18	17	94%	17	94%	16	89%	16	89%	17	94%	17	94%	15	83%	2	11%	16	89%	11	61%
Região Centro-Oeste	CO	99	78	79%	48	48%	46	46%	45	45%	59	60%	73	74%	50	51%	16	16%	76	77%	39	39%
Região Nordeste	NE	291	241	83%	187	64%	168	58%	171	59%	213	73%	217	75%	166	57%	73	25%	232	80%	156	54%
Região Norte	N	39	31	79%	30	77%	26	67%	27	69%	29	74%	28	72%	21	54%	7	18%	27	69%	18	46%
Região Sudeste	SE	516	460	89%	226	44%	209	41%	205	40%	379	73%	372	72%	326	63%	86	17%	475	92%	195	38%
Região Sul	S	424	385	91%	268	63%	270	64%	213	50%	302	71%	389	92%	239	56%	62	15%	353	83%	122	29%
Resultado geral		1369	1195	87%	759	55%	719	53%	661	48%	982	72%	1079	79%	802	59%	244	18%	1163	85%	530	39%

Fonte - SICME.

(*) - Percentual sobre os municípios que informaram que o CME está em funcionamento.

Obs.: Os campos em branco correspondem a dados não informados.



Considerações finais

Os resultados apresentados demonstram as principais tendências observadas na organização e funcionamento dos CME:

- Reuniões ordinárias mensais (Tabela 6).
- Média de 6 a 9 membros (Tabela 7).
- Duração de mandato de dois anos (Tabela 8).
- Os segmentos numericamente mais representados são as escolas municipais (Tabela 13) e o Poder Executivo municipal (Tabela 11).
- A forma mais utilizada para escolha da presidência é a eleição pelos pares (Tabela 14).
- A forma mais utilizada para a escolha dos representantes da comunidade educacional é a indicação da entidade (Tabela 15).

Pode-se verificar que existem aspectos contraditórios na efetivação da identidade dos Conselhos como órgãos de natureza distinta da do Executivo, com competências próprias e autonomia política.

Na Tabela 14 pode-se observar que em vários estados existem Conselhos nos quais o secretário de educação é membro do referido órgão. Em alguns, como Pernambuco, Rio de Janeiro e Minas Gerais, é alta a proporção de secretários que são presidentes dos Conselhos.

As informações sobre apoio financeiro para trabalho dos conselheiros (Tabela 16) devem ser analisadas com muita cautela, em função do pequeno número de respostas a essa pergunta.

De forma geral, em todos os estados que têm Conselho em funcionamento, observa-se a existência de algum tipo de apoio financeiro para os conselheiros.

Contata-se que em 21 estados (Tabela 16), alguns municípios trabalham com a possibilidade de licença remunerada para o exercício da função de conselheiro. Com base nessa observação, pode-se inferir uma ambigüidade no exercício da função de conselheiro, uma vez que essa prática se caracteriza como um privilégio de condições de participação para alguns segmentos em detrimento das condições asseguradas para os outros segmentos.

Se os Conselhos são mecanismos que buscam fortalecer a democracia e a participação, é contraditório que seu funcionamento se sustente em práticas que reforçam, no âmbito interno do Conselho, as condições desiguais para o exercício da função de conselheiro.

A licença pode, ainda, caracterizar-se como remuneração para uma função que é por natureza não-remunerada, sendo desvio de finalidade do ato administrativo seu pagamento por vias transversas, como liberação do conselheiro que eventualmente exerça outro cargo ou função pública.

Quanto às condições materiais existentes de funcionamento, os dados parecem indicar muitas dificuldades (Tabela 17).

A maioria dos Conselhos funciona no prédio da Secretaria Municipal de Educação, não possui computador, fax e telefone e não conta com uma dotação orçamentária específica.

Anexo 1

Formulário de Cadastramento do SICME – Versão para envio por correio

Ministério da Educação
 Secretaria de Educação Básica
 Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos
 Sistemas de Ensino - DASE
 Coordenação Geral de Articulação e Fortalecimento
 Institucional dos Sistemas de Ensino - CAFISE

Município: _____

Esplanada Dos Ministérios Bloco "L" 5º Andar Sala 528
 Fones: (61) 2104-8924 / 2109284
 Fax: (61) 2104-9271
 E - Mail: Ledagomes@Mec.Gov.Br

UF: _____

Levantamento De informações Conselho Municipal De Educação - Cme

1- Nesse Município, há ato legal que institui o Sistema Municipal de Ensino?

Sim Não

Se sim, favor informar o ato legal que o instituiu:

Lei N.º _____ Data ____/____/____
 Outro Qual? _____ N.º _____ Data ____/____/____

2- Nesse Município, há Lei que aprova o Plano Municipal de Educação?

Sim Não

Se sim, favor informar o ato legal que o aprovou:

Lei N.º _____ Data ____/____/____
 Outro Qual? _____ N.º _____ Data ____/____/____

3- Nesse Município, há ato legal que cria o Conselho Municipal de Educação?

Sim Não

Se sim, favor informar o ato legal que o criou:

Lei N.º _____ Data ____/____/____
 Decreto N.º _____ Data ____/____/____
 Portaria N.º _____ Data ____/____/____
 Outro Qual? _____ N.º _____ Data ____/____/____

4- Caso o Município não tenha criado, por meio de ato legal, o Conselho Municipal de Educação, indique as razões:

Falta de Pessoal capacitado para compor o conselho
 Falta de espaço físico para a realização das reuniões
 Falta de prioridade política
 Outra (s) Qual (is)? _____

5- Há interesse da Secretaria Municipal de Educação em criar o Conselho Municipal de Educação?

() Sim () Não

6- A Secretaria Municipal de Educação deseja receber apoio técnico para criar o Conselho Municipal de Educação?

() Sim () Não

7- A Secretaria Municipal de Educação tem acesso à Internet?

() Sim () Não

8- Dados Da Secretaria Municipal De Educação Para Correspondência:

Nome do(a) secretário(a) municipal de educação:

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____

Município: _____ UF: _____ Fone:() _____

Fax:() _____ E-mail: _____

Responsável pelas informações:

Data: ____/____/____

Módulo II
 As Questões seguintes só deverão ser preenchidas, Caso O Município Tenha
 Criado O Conselho Municipal De Educação - CME

1- Dados do CME para correspondência

Endereço: _____ Bairro: _____
 CEP: _____ Município: _____ UF: _____ Fone:() _____
 Fax:() _____
 E-Mail: _____
 Responsável: _____
 Data: ____/____/____

2- Indique as principais funções ou características que o Conselho Municipal de Educação exerce:

- Consultiva
- Deliberativa
- Normativa
- Fiscalizadora
- Propositiva
- Mobilizadora
- Outra (s) Qual (is)? _____

3- Quanto ao funcionamento, o CME

- funciona regularmente, indique a data da primeira reunião ____/____/____
- ainda não começou a funcionar, apesar de já ter sido criado por ato legal
- já funcionou, mas agora está desativado, indique a data da última reunião ____/____/____

4- Caso não funcione, indique o motivo:

- Falta de pessoal para compor o conselho
- Falta de espaço físico (local) para funcionar
- Falta de interesse das pessoas indicadas e/ou eleitas
- Falta de capacitação para os membros do conselho
- Outro (s) Qual (is)? _____

5- Qual a periodicidade das reuniões ordinárias do CME?

- Quinzenal
- Mensal
- Bimestral
- Semestral
- Outra(s) Quais(is)? _____

6- O CME possui regimento interno?

- Sim. Sua aprovação foi em ____/____/____
- Se não, há outra forma de legislação interna? _____ Qual? _____

7- Quanto à composição, indique o número de :

- Conselheiros titulares
- Conselheiros suplentes

8- A composição do Conselho Municipal de Educação assegura o mesmo número de representantes do governo e dos demais segmentos da sociedade civil ?

- Sim
- Não

9- No processo de renovação do Conselho Municipal de Educação, sempre é mantida a paridade?

- Sim
- Não

10- Qual o tempo de duração do mandato dos conselheiros?

- 4 anos
- 2 anos
- 1 ano
- Outro Qual? _____

19- É permitida a recondução?

- Sim
 - Não
- Quantas vezes? _____

20- Quanto à representação na composição do conselho, indique o número de conselheiros titulares:

- representantes do governo municipal (Poder Executivo Municipal)
- representantes do poder legislativo municipal.
- representantes da comunidade e/ou outros setores da sociedade civil.

21- Na composição do conselho, Indique quantos membros representam cada segmento:

- Poder Executivo ou Órgãos Executivos
- Representantes de Escolas Públicas
- Representantes de Escolas Privadas
- Pais de alunos
- Alunos
- Outro (s) Qual (is)? _____

22- Qual a forma de escolha do (a) presidente (a) do CME:

- Indicação pelo Poder Executivo
- Eleição pelos pares
- O (A) Secretário (a) Municipal de Educação é presidente nato
- Outro Qual? _____

23- Qual a forma de escolha dos representantes da comunidade educacional e/ou de setores da sociedade civil:

- Indicação da entidade que representa o segmento
- Indicação do Prefeito e/ou Secretário Municipal de Educação
- Eleição de seus pares
- Outra forma Qual? _____

24- Quanto às reuniões do CME, indique o número de reuniões realizadas em 2002:

- Reuniões ordinárias
- Reuniões extraordinárias

25- Indique se os conselheiros recebem algum tipo de apoio financeiro:

- Jeton
- Ajuda de Custo
- Pró-labore
- Vale Transporte
- Outro(s) _____ Qual(is)? _____

26- Algum segmento libera o funcionário, por meio de licença remunerada, para exercer a função de conselheiro?

- Sim
- Não

27- Indique as principais atribuições do Conselho Municipal de Educação:

- Aprovar regimento interno
- Propor sindicâncias
- Elaborar normas educacionais complementares
- Propor diretrizes para os planos municipais de educação
- Credenciar escolas
- Autorizar cursos, séries ou ciclos
- Emitir pareceres
- Aprovar resoluções
- Mobilizar os segmentos sociais, representados no CME, para participar de recenseamento da população para fins educacionais
- Outro(s) Qual(is)? _____

28- Indique o local de realização das reuniões:

- Prédio da Secretaria Municipal de Educação
- Prédio alugado
- Prédio cedido
- Outro local Qual? _____

29- O CME possui pessoal de apoio administrativo?

- Sim número de pessoas _____
- Não

30- O CME tem mobiliários e equipamentos suficientes para seu funcionamento?

- Sim
- Não

31- Indique os mobiliários e equipamentos existentes no CME

- () Mobiliário
- () Telefone
- () Fax
- () Microcomputador
- () Outro(s) Qual (is)? _____

32- No orçamento municipal, existe dotação específica para executar as ações do CME?

- () Sim
- () Não

33- Dados individuais dos Conselheiros:

Nome do Presidente: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ CEP: _____ Fax: _____
Fones: _____ E-mail: _____
CPF: _____ Profissão: _____
Segmento que Representa: _____
Forma de Escolha: _____ Data da Nomeação: ____/____/____
Data da Posse: ____/____/____ Data do Término do Mandato: ____/____/____
Nome do Conselheiro: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ CEP: _____ Fax: _____
Fone: _____ E-mail: _____
CPF: _____ Profissão: _____
Segmento que Representa: _____
Forma de Escolha: _____ Data da Nomeação: ____/____/____
Data da Posse: ____/____/____ Data do Término do Mandato: ____/____/____

Anexo 2

Manual do SICME



Sistema de Informações dos Conselhos Municipais de Educação

O Sistema de Informações dos Conselhos Municipais de Educação (SICME) utiliza um sítio na internet constituído por um ambiente denominado **espaço público**, que contém informações sobre o Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (**Pró-Conselho**) e formulários para o preenchimento de dados referentes aos Conselhos Municipais de Educação e seus respectivos membros.

Pela facilidade que oferece em sua operação, o sistema permite que um usuário sem conhecimento técnico em informática possa consultar, imprimir e atualizar os formulários sem a necessidade de intervenção de técnicos no processo de gerência de seu conteúdo. O sistema permite, ainda, a organização das questões e suas respectivas respostas, possibilitando a fácil identificação desse conteúdo.

Espaço público

Esse espaço é destinado às **Secretarias Municipais de Educação** existentes no Brasil, às quais, até o final deste Manual, nos referiremos como **“USUÁRIOS”** do Sistema SICME.

Características do SICME (interface de consulta e preenchimento do formulário)

- Toda a informação está disponibilizada de forma clara e bastante organizada.
- O sítio é altamente didático e possui uma navegabilidade bem simples e rápida.
- O sítio é envolvido por um sistema de segurança bastante eficiente (por meio de *login* e senha do usuário cadastrado em nosso Banco de Dados), o que permite uma maior integridade e credibilidade de informações.

Requisitos mínimos de *hardware*

Para a utilização do sítio, é necessário que o microcomputador do usuário tenha um *modem* conectado à internet com velocidade igual ou superior a 36.600 Kbps e a seguinte configuração:

- Processador: Pentium 100 MHz.
- Winchester: 200 MB de espaço livre.
- Memória RAM: 16 MB, sendo recomendável 32 MB ou superior.
- Placa de vídeo de 1 MB, sendo recomendável 2 MB ou superior.

Requisitos de *software*

Todo o sítio foi desenvolvido com *software* padrão de mercado, necessitando, para sua

utilização, apenas o navegador: Internet Explorer 5.0 ou superior ou Netscape Communicator 4.5 ou superior.

Interface do Sistema de Informações dos Conselhos Municipais de Educação

Explicaremos como funciona o preenchimento do formulário SICME em todas as suas telas e seguimentos. Serão detalhados passo a passo, desde a abertura do sítio, todos os procedimentos que deverão ser realizados para que o sistema SICME possa receber todos os dados referentes ao preenchimento do formulário, de forma correta e com maior precisão e controle.

Exibiremos a descrição e a forma de uso de cada módulo que compõe o sítio do Sistema de Informações dos Conselhos Municipais de Educação.

Página Inicial do SICME

Figura 1



Na Figura 1, mostramos a página de abertura do SICME, através da qual, podemos nos movimentar para todas as áreas do sítio. Uma página de fácil navegação, onde se concentram todos os módulos do Sistema. Essa página se localiza no seguinte endereço: <http://www.mec.gov.br/sef/sicme>.

Tópico: Conheça o Programa

Figura 2



Figura 2.1



Nas Figuras 2 e 2.1, mostramos as páginas referentes ao tópico **Conheça o Programa**. Na página inicial do Sistema, ao clicarmos sobre o *link* **Conheça o Programa**, será exibida uma página explicativa sobre a importância do **Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação** e do **Sistema de Informações dos Conselhos Municipais de Educação (SICME)**.

Tópico: Como Acessar o SICME

Figura 3



O usuário, ao clicar sobre o item **Como Acessar o SICME**, poderá fazer o *download* do **Manual do Usuário** (completo e ilustrativo), obtendo as informações de como navegar no sítio.

Tópico: Glossário

Figura 4



Figura 4.1



Nas Figuras 4 e 4.1, mostramos as páginas referentes aos tópicos do Glossário. Ao clicarmos no *link* **Glossário**, abrirá uma página na qual será exibida uma listagem de termos e seus respectivos significados. Termos, estes, ligados à abordagem educacional ao qual o Sistema se refere. Os significados dos termos foram elaborados pelo **CENTRO DE INFORMAÇÃO E BIBLIOTECA EM EDUCAÇÃO (Cibec)**, órgão pertencente ao **INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP)**.

Tópico: Módulo I

Figura 5



Figura 5.1



Nas Figuras 5 e 5.1, mostramos a página referente ao tópico Módulo I. Ao clicarmos no **link Módulo I**, será exibida uma página de segurança na qual o usuário cadastrado no Sistema informará o seu **login** e **senha** para acessar o ambiente do formulário do Sistema SICME. Após entrar com os dados de identificação, o usuário deverá clicar em **PROSSEGUIR**. O **login** e senha serão informados pela Secretaria de Educação Básica, por meio de um instrumento denominado **Cartão de acesso ao SICME-2003**.

Figura 5.2

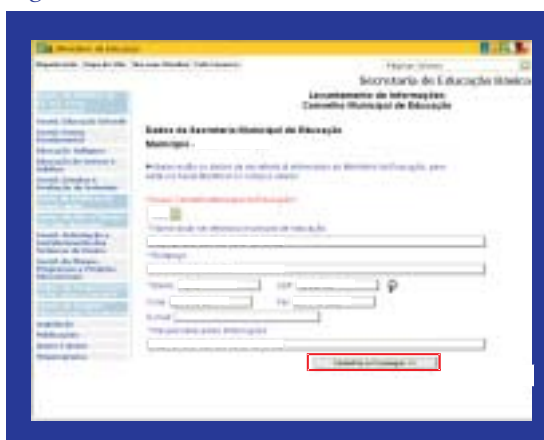


Figura 5.3



Ao clicar em **prosseguir**, o sistema exibirá uma tela, Figura 5.2, contendo um formulário para preenchimento, referente aos dados da **Secretaria Municipal de Educação** (neste exemplo, estamos simulando o preenchimento do formulário referente ao município de Japura – AM). Após o preenchimento de todos os dados, o usuário deve clicar no botão **CADASTRAR E PROSSEGUIR**.

Ao prosseguir, o Sistema entrará no formulário, Figura 5.3, para levantamento de informações referentes ao Sistema de Ensino do Município. Após o preenchimento de todos os dados, o usuário deverá clicar em **PROSSEGUIR**.

Caso a Secretaria não possua o Conselho Municipal de Educação (primeira pergunta do formulário, referente aos dados da Secretaria, como exibido anteriormente na Figura 5.2), automaticamente o sistema terminará sua coleta de dados junto ao usuário e irá exibir a seguinte tela

Figura 5.4



Caso a Secretaria possua um Conselho, o **SICME** terá que continuar sua coleta de dados junto ao usuário, porém focando agora suas perguntas à área do Conselho Municipal de Educação. Será exibida a seguinte tela:

Figura 5.5



O usuário então continuará alimentando o Sistema, porém, para prosseguir, deverá clicar sobre o *link* que está vinculado ao botão **Módulo 2**. Clicando sobre o botão **Módulo 2**, o sistema exibirá a seguinte tela:

Tópico: Módulo II

Figura 6



O sistema exibirá uma tela contendo o formulário referente aos dados do **Conselho Municipal de Educação** que o Município possui (como mostra a figura abaixo).

Figura 6.1



O usuário, então, deverá preencher todos os dados referentes ao Conselho e clicar em **CADASTRAR E PROSEGUIR**, para continuar o seu preenchimento. O sistema prosseguirá exibindo um formulário para que o usuário informe os dados referentes aos **conselheiros** pertencentes ao respectivo Conselho (como mostra a figura abaixo).

Figura 6.2



O usuário deverá preencher todos os dados referentes aos conselheiros e clicar em **ADICIONAR CONSELHEIRO** (botão demarcado na figura pela cor azul) para adicionar um novo conselheiro. Isso fará com que o sistema automaticamente salve os dados informados pelo usuário referentes ao primeiro conselheiro inserido e exiba novamente o mesmo formulário para que seja incluído novo conselheiro.

Após o cadastramento do último conselheiro, o usuário deverá clicar em **PROSSEGUIR**.

Ao clicar em “**PROSSEGUIR**” será exibida a tela contendo o formulário de Levantamento de Informações referente ao Conselho registrado no Sistema (como mostra a figura abaixo).

Figura 6.3



O usuário, então, deverá responder a todas as questões formuladas pelo Sistema, que dizem respeito ao Conselho, e clicar no botão **PROSSEGUIR** para finalizar sua operação no sistema SICME. Ao clicar em **PROSSEGUIR**, o sistema exibirá a seguinte mensagem:

Figura 6.4



E assim o usuário termina sua colaboração com nosso sistema de cadastramento e atualização dos Conselhos Municipais de Educação e retorna para a página do Ministério da Educação.

Tópico: Fale Conosco

Figura 7



Na Figura 7, mostramos a página referente ao tópico **Em caso de dúvida fale conosco**. Ao clicarmos no *link*, será exibida uma tela pela qual o usuário poderá comunicar-se com nossa equipe de Gerenciamento do Sistema SICME. Por meio desse módulo, o usuário poderá esclarecer suas dúvidas, enviar sugestões ou críticas para nossos integrantes. Analisaremos e responderemos cada mensagem enviada para nossa Central.

Agradecemos a todos pela atenção dispensada e esperamos contar com a colaboração de todos para o sucesso do SICME.

SICME – Sistema de Informações dos Conselhos Municipais de Educação

Colaboração

Clodoaldo José de Almeida Souza
José Roberto Ribeiro Junior
Vivian katherine Fuhr Melcop
Rita de Cássia Coelho

Coordenação Geral de Informática e Telecomunicações

Thelma de Lima Meneses

Desenvolvimento do SICME

Erick Torritezi
Daniel Diego Leandro
Raphael Antonio Parker

Desenvolvimento Gráfico

Siro Alves da Silva Filho



Ministério
da Educação



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)